

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARQUICIENE GOMES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: NO CURSO
DE PEDAGOGIA**

Cajazeiras – PB
2022

MARQUICIENE GOMES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: NO CURSO
DE PEDAGOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora Professora Dra. Viviane Guidotti
Machado

Cajazeiras - PB
2022

O482e	<p>Oliveira, Marquiciene Gomes de. Educação inclusiva e o uso das tecnologias digitais: no curso de pedagogia / Marquiciene Gomes de Oliveira. - Cajazeiras, 2022. 66f. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Viviane Guidotti Machado. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2022.</p> <p>1. Educação inclusiva. 2. Tecnologias digitais. 3. Ensino remoto. 4. Desenvolvimento educacional. 5. Escola Superior. 6. Prática Pedagógica Inclusiva. 7. Pessoa com deficiência. I. Machado, Viviane Guidotti. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 376

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

MARQUICIENE GOMES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: NO CURSO
DE PEDAGOGIA**

Aprovado em: 30/09/2022

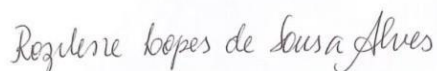
BANCA EXAMINADORA



Orientadora – Professora Dra. Viviane Guidotti Machado – UAE/CFP/UFCG



Examinadora 1 – Professora Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas – UAE/CFP/UFCG



Examinadora 2 – Professora Ma. Rozilene Lopes de Sousa – UAE/CFP/UFCG

Examinadora suplente – Professora Aparecida Carneiro Pires – UAE/CFP/UFCG

Cajazeiras - PB
2022

Dedico esse trabalho ao meu irmão, Maxciel.
Pelo carinho, motivação, incentivo
e compreensão durante essa trajetória
e pela grande ajuda que me fornece
em todos os momentos difíceis da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado nos momentos difíceis nesta caminhada.

À minha Mãe Rita Aparecida (in memória) que foi exemplo de caráter e dignidade.

Ao meu Pai Onofre que nunca deixou desistir para tentar uma vida melhor através dos estudos.

À minha família pela paciência e compreensão diante de minha ansiedade pela concretização deste projeto, por todo apoio e incentivo durante essa etapa da minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, professora Viviane Guidotti, primeiramente por ter aceitado me orientar nesse projeto, por toda ajuda e ensinamentos adquiridos ao longo do curso.

Aos meus amigos Lucilene, Maria Augusta, Maria José, Mateus da “Ponta da Serra” pelo incentivo.

Aos meus colegas de turma pelos momentos memoráveis em especial a Vitória, Ismael, Anne e Dagmar.

A todos/as os/as professores/as, por todo o aprendizado e apoio compartilhados durante o curso.

Ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NAI), em especial a pessoa de Francisca por disponibilizar os documentos a pesquisa, e por toda gentileza em me auxiliar. E a professora Nozângela Maria Rolim Dantas Coordenadora do NAI a quem sempre foi uma incentivadora desta pesquisa.

À estudante, na qual foi meu estudo de caso, grata pela paciência, carinho que demonstrou durante esses longos meses durante a observação e monitoria inclusiva.

Por fim a banca examinadora, as Professoras Nozângela Maria Rolim Dantas e Rozilene Lopes de Sousa, por terem aceitado o convite, meu muito obrigada.

Agradeço a todos vocês!!!

"Se aprende com as diferenças
e não com as igualdades"
(FREIRE, 1998, p. 108)

RESUMO

Vivemos numa sociedade que no percorrer de sua história vem passando por imensas mudanças e as Tecnologias demonstram-se como uma grande aliada no desenvolvimento do ensino e aprendizagem e sustentação para pesquisa no campo da Educação Inclusiva. Como as tecnologias digitais podem ajudar no desenvolvimento educacional a pessoa com deficiência intelectual no ensino superior do ensino remoto? Este estudo tem como objetivo geral: Compreender a utilização das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas com um aluno com deficiência intelectual no Curso de Pedagogia. Já os objetivos específicos foram: Discutir os benefícios das tecnologias digitais na educação inclusiva no ensino superior; Analisar a importância da educação inclusiva no ensino superior; Refletir sobre as práticas inclusivas no ensino superior. A metodologia foi de abordagem qualitativa, destacando que este estudo foi de cunho explicativo e descritivo, e seu tipo foi um estudo de caso. Como resultado das análises, conclui-se que a Universidade precisa superar os desafios para tornar-se inclusiva, dominar, e promover a inclusão em seu ambiente, e fornecer formação as práticas pedagógicas inclusivas. Diante disso, constata-se a importância desse estudo para novas perspectivas das tecnologias digitais para educação inclusão no ensino superior para as pessoas deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Tecnologias Digitais; Educação Superior.

ABSTRACT

We live in a society that in the course of its history has been going through immense changes and Technologies are shown to be a great ally in the development of teaching and learning and support for research in the field of Inclusive Education. How can digital technologies help in the educational development of people with intellectual disabilities in higher education in remote teaching? This study has the general objective: To understand the use of digital technologies in inclusive pedagogical practices with a student with intellectual disabilities in the Pedagogy Course. The specific objectives were: Discuss the benefits of digital technologies in inclusive education in higher education; Analyze the importance of inclusive education in higher education; Reflect on inclusive practices in higher education. A metodologia foi de abordagem qualitativa, destacando que este estudo foi de cunho explicativo e descritivo, e seu tipo foi um estudo de caso. As a result of the analyses, it is concluded that the University needs to overcome the challenges to become inclusive, dominate, and promote inclusion in its environment, and provide training in inclusive pedagogical practices. Therefore, the importance of this study for new perspectives of digital technologies for education and inclusion in higher education for people with disabilities is verified.

Keywords: Inclusive Education; Digital Technologies; College Education.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

ACI – Adequações Curriculares Individualizadas

AEE – Atendimento Educacional Especializado

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MEC – Ministério da Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

OMS – Organização Mundial de Saúde

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Memorial acadêmico: Origem do Objeto de Estudo	12
1.2 A Pesquisa.....	14
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	17
2.1 As diferenças no Contexto Escolar	17
2.2 Trabalho colaborativo inclusivo entre escola e professor	21
2.3 A chegada do aluno com necessidades especiais na educação superior	26
2.4 Tecnologia Digitais na Educação	28
2.4.1 Tecnologias Digitais para a Inclusão no Ensino Superior	30
2.4.2 Práticas de ensino inclusivas no ensino superior	35
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 Caracterização da Pesquisa	40
3.2 O lócus da Pesquisa e os sujeitos participantes.....	42
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	42
3.3.1 Entrevistas	43
3.3.2 Observação	43
3.4 Procedimentos Éticos	44
4 ANÁLISE DE DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
4.1 A instituição de Ensino	47
4.2 Entrevistas	48
4.3 Observações	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM PROFESSORES	62
APÊNDICE 2 – OBSERVAÇÃO	64
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	65

1 INTRODUÇÃO

1.1 Memorial acadêmico: Origem do Objeto de Estudo

Descrevo aqui meu memorial buscando identificar as inúmeras etapas da minha vida educacional e a origem do objeto de estudo desta pesquisa, trajetórias essas que exigiram lembrar, os diferentes percursos, nas quais julguei as mais significativas de um tempo sem preocupações e inocência.

Chamo-me Marquiciene Gomes de Oliveira, nasci numa tarde do dia 10 de junho de 1987, na cidade de Lastro, Paraíba. Tive uma criação oriunda de um seio de uma família amorosa, cujos valores relatados pelos meus pais eram a honestidade em primeiro lugar e o respeito ao próximo. Nasci no Lastro cidade do sertão paraibano, pequena e pacata, estudava e brincava na creche da época com crianças de vizinhos de classes sociais diferentes e como sou negra não percebia o preconceito e discriminação por parte das outras crianças e nem dos pais, e, assim, desde cedo aprendi a não julgar ninguém por sua condição financeira, religiosa ou pela sua cor, mas pelo caráter, apesar de não entender o que era caráter. Nesse momento passei minha infância, inicialmente estudando a alfabetização por dois anos no período de 1994, indo com meu irmão todos os dias a casa da professora buscá-la para nos ensinar em uma escola não regular, depois de dois anos de 1996 a 1999, aos 7 anos de idade, ingressei na Escola Estadual de 1 Grau Nestorina Abrantes, na qual fiz os anos iniciais na época ia da primeira a quarta séries. Lembro-me que tiver bastante dificuldade em lê e escrever. Destaco uma professora querida e inesquecível dona Margarida paciente e dedicada.

Ao término do primário, na minha época conhecia dessa forma, fui para outra escola com expectativa enorme em ir para o Instituto Educacional do Ensino Fundamental e Médio Ronaldo Gonçalves Sarmiento isso mesmo a escola começa com a palavra “Instituto”, estudei do quinto ano até o término do ensino médio, mas deixei o ensino médio pra depois. No ano de 2000 coisas novas, o lápis de comum ou grafite ficou em segundo plano, agora escrevia de caneta tinta azul, era muita novidade, professor por disciplina, fiz minha primeira final pra ciências na quinta série, passei. Fiquei intrigada com uma menina da minha sala, ficava no canto só, não entendia o porquê, cheguei em casa perguntei minha mãe o porquê, ela respondeu que ela tinha “problema”.

Anos depois descobrir que ela tinha deficiência intelectual isso na quinta série, ela mudou-se para outra cidade não tive mais notícias sobre a mesma. Entre a sexta e oitava série

do fundamental II, existia um aluno com surdez, ele não sabia lê e escrever, a professora, percebe que os professores o passavam ano a ano, não existia nenhuma tecnologia na sala e muito menos na escola para auxiliar os professores no processo de ensino e aprendizagem, na oitava série ele desistiu, sem saber lê e escrever, isso me deixava inquieta porque um surdo não aprendia a lê e escrever o nosso português, por não conhecer a existência da Língua Brasileira de Sinais, pois é a mesma que se deve aprender primeira para depois aprender o português.

Em 2004 iniciei o ensino médio, o primeiro ano foi tranquilo, sem muitas expectativa e coisas novas as mesmas caras e os mesmo métodos de ensino decoreba, provas, trabalhos de reproduzir, copiar e escrever o que estava no livro somente, com isso passou o segundo e o terceiro ano do ensino médio. Algumas vezes durante esses anos do médio, aconteciam gincanas e jogos de futsal nada além de competição e esporte, só queria terminar e se ver livre.

Durante o período de 2015 e final de 2016, Ao longo de 9 anos parada sem estudar, somente em casa, não tinha interesse algum de estudar, fazia o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) algumas vezes passava outras não, mas nunca tinha aquela vontade de cursar um curso superior, fiz inscrições para um curso técnico no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campos Sousa, fiquei interessada em aprender a mexer em um computador, pensei que era isso, pois não tinha acesso a computador e nem a celular que pegasse internet, me decepcionei eram professores bem técnicos e sem humanidade para ensinar, visava no ensino tecnicista, em criar programa numa linguagem que até hoje não aprende.

Em 2017 logo ao término do estágio do técnico de informática ingressei no curso de Pedagogia, sem nenhuma empolgação não queria ser professora, mas era o que eu passei, indo para sala me deparei com uma escada, pensei se tiver uma pessoa com deficiência, como subir? Não tem elevador ou rampa de acesso, fiquei curiosa perguntei a coordenação o porquê da escada sem acesso a pessoa com deficiência a resposta foi a seguinte “o prédio por ser antigo e na sua construção não pensava em acessibilidade, já pensaram em fazer um elevador, porém sua estrutura não permite”. No quarto período veio mais esclarecimento sobre o assunto de pessoas com deficiência com a disciplina de Educação Inclusiva, já no quinto período outra disciplina que abriu mais a curiosidade, a LIBRAS, e o entusiasmo foi ao delírio com um professor surdo achei maravilhoso, logo depois veio a disciplina de Tecnologias da Educação.

No ensino remoto tive a oportunidade de ser monitora inclusiva de uma estudante com deficiência intelectual. Então pensei por que não juntar algo tão atual como tecnologias e educação inclusiva que é tão precioso e muita das vezes necessária para as pessoas com deficiência. Tudo isso que aconteceu durante os anos de minha vida acadêmica desde os anos iniciais até o momento fizeram com que a curiosidade e a inquietação de pesquisar e conhecer

mais sobre o assunto de educação inclusiva e a possibilidade das tecnologias auxiliar na aprendizagem desse público fez com que me interessasse.

1.2 A Pesquisa

Este trabalho tem como tema principal a Educação Inclusiva, na perspectiva no processo de inclusão a pessoa com necessidades especiais com o uso das tecnologias digitais no ensino superior, na intenção de promover, igualdade, autonomia a pessoa com necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem.

A escolha do tema, também se fundamentou em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) estima a população do país em 2021 de 211,8 milhões de habitantes, no último Censo Demográfico realizado em 2010, a pesquisa apresenta que temos 45 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, representando quase 25% da população brasileira.

Considerando esse número de pessoas que declaram ter pelo menos um tipo de deficiência é fundamental pensarmos na área da educação forma de mediar, auxiliar e acompanhar esse público incluído na escola, na sociedade, no mercado de trabalho.

Dessa forma, notoriamente a educação vem mudando e, assim, precisa de aliados para seu desenvolvimento como as tecnologias, dessa forma os avanços tecnológicos, não mudou apenas o mercado de eletrônicos, mas também proporcionou ações extraordinárias em melhoria para a qualidade de vida das pessoas no seu cotidiano, trazendo, assim, mais inclusão e acessibilidade. As tecnologias têm a capacidade, na maioria dos casos, reconduzir de alguma forma parte da qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais, que precisam reintegrar na sociedade.

Por isso a problemática trabalhada no presente estudo se resume na seguinte indagação: “Como as tecnologias digitais podem ajudar no desenvolvimento educacional a pessoa com necessidades especiais no ensino superior do ensino remoto?”. A dimensão educativa das tecnologias digitais para as pessoas com necessidades especiais e os caminhos inclusivos na educação são extraordinários, tais recursos, podem possibilitar e abrir caminhos enormes em sua independência.

Nesse sentido a sociedade atual está vivendo numa época totalmente envolvida na área tecnológica principalmente no contexto pandêmico, inúmeros recursos tecnológicos foram

desenvolvidos dando possibilidades a conexões nunca realizadas na educação. As instituições educacionais não ficam de fora dessa Era tecnológica com o uso de alguns instrumentos e mecanismo tecnológicos para auxílio no processo de ensino aprendizagem dos alunos, toda via criará não só caminhos benéficos na educação, mas também para inclusão daqueles que possui alguma necessidade especial.

Assim, o objetivo geral desse trabalho foi de: Compreender a utilização das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas com um aluno com deficiência intelectual no Curso de Pedagogia. Já os objetivos específicos foram elaborar para a complementar e responder o objetivo geral são:

- Discutir os benefícios das tecnologias digitais na educação inclusiva no ensino superior;
- Analisar a importância da educação inclusiva no ensino superior;
- Refletir sobre as práticas inclusivas no ensino superior.

Contudo a justificativa da escolha do referente tema foi por acreditarmos em sua importância agora do cenário educacional brasileiro, dado o processo de inclusão das pessoas com deficiência, por se tratar da necessidade diária de um grupo excluído em seu cotidiano, necessidade de se discutir e colaborar para um melhor entendimento sobre a Educação Inclusiva e o uso das tecnologias digitais. Um suporte que as tecnologias trouxeram para essas pessoas foram recursos, ferramentas e serviços não somente digitais, mas tecnologias de apoio para pessoas com deficiência, para fortalecimento no processo de inclusão em diversos ambientes, na educação amplia a interação em sala de aula, independência, comunicação, habilidades no seu aprendizado.

Dessa forma, é necessário um estudo no qual possamos compreender a utilização das tecnologias digitais no desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência e nos aprofundar nessa temática mais detalhado na união entre tecnologias digitais e educação inclusiva, considerando a diversidade de alunos existentes no ambiente escolar e universitário, garantindo acesso democrático na educação, possibilitando caminhos na construção de uma sociedade inclusiva.

Por todo o contexto exposto, é pertinente salientar, a relevância social e acadêmica em abordar esse tema, como vem sendo desenvolvida a prática pedagógica dos professores para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, para que haja discussões acerca das condições pedagógicas direcionadas ao referido público, com a intenção de ampliar o debate sobre o respectivo tema, para apontar e problematizar o cenário da educação inclusiva em meio

à pandemia com o uso de tecnologias digitais. Além de tentar apontar possíveis soluções, as quais viabilizem medidas educacionais conforme as suas demandas educacionais.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, o primeiro a **Introdução**, que apresenta o problema da pesquisa, o objetivo geral, objetivos específicos, justificativa da escolha do tema e a relevância social e acadêmica da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o **Referencial Teórico**, uma pesquisa relacionada ao tema apresentado, fundamentado em alguns conceitos dos principais autores, como: Mantoan (1997, 2000, 2013 e 2015) e Kenski (2007, 2008 e 2012) e Freire (2011), dentre outros autores que aborda e apoia as leituras sobre Educação Inclusiva e Tecnologias Digitais.

No terceiro capítulo é apresentada a **Metodologia** descrita da seguinte forma para serem utilizados para a elaboração da pesquisa, de natureza básica, de abordagem qualitativa, e como instrumento para coleta de dados foi elaborado um roteiro para observação e realizadas entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado e pesquisas em documentos da instituição sobre o estudante, ainda nesse capítulo é anunciado o lócus da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, os procedimentos éticos da pesquisa, em evidência o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está em apêndice nesse trabalho.

No quarto capítulo é apresentada a **Análise de Dados**, a partir das entrevistas com três professores, das observações do discente nas aulas remotas, buscando evidenciar os benefícios das tecnologias digitais para educação inclusiva, como também a importância das práticas inclusivas no ensino superior.

E no quinto capítulo é apresentada as **Considerações Finais**, considerações essa no que diz respeito ao tema proposto, se os objetivos da pesquisa se foram alcançados, os aspectos relevantes da pesquisa e as contribuições da mesma para o campo do saber, como também se o problema da pesquisa foi respondido.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 As diferenças no Contexto Escolar

As discriminações de gênero, étnico-racial, orientação sexual e pessoas com deficiência, são dilemas que, para serem resolvidos, precisam ser desnaturalizados e esse processo de desnaturalização passa, necessariamente, pela informação séria que instrumentaliza professores/as e outros setores das unidades de ensino no desenvolvimento de projetos voltados ao respeito da diversidade (característica fundamental da escola) e enfrentamento a todo tipo de preconceito que se apropria das falas e atitudes das pessoas no contexto escolar.

Para Freire (2011), é indiscutível que essas crianças tenham por direito, uma educação escolar, e que tenham suas necessidades atendidas, mas infelizmente o cenário educacional em que se encontramos a realidade demonstra cada vez uma em sua contextualização e negligência as desigualdades enraizadas em sua história.

Diante disso, nos ambientes escolares gestores, professores, funcionários e toda comunidade escolar precisa buscar caminhos para uma prática educativa com mudanças significativas para construir uma escola de todos e para todos que contemple as diferenças a diversidade.

Em linhas gerais a diversidade está muito ligada à cultura e ao desenvolvimento humano, visto que, as pessoas diferem entre si em gênero, etnia, cultura, entre outros aspectos. É possível compreender que é necessário entender a diversidade e a relação que a mesma exerce sobre a sociedade no geral, sabendo interpretar o contexto a que esta diversidade está vinculada, conforme o grupo de indivíduos participantes de tal relação. Trataremos aqui em especial da diversidade no contexto escolar, assim podemos salientar que a escola é um local onde a diversidade exerce maior força sobre o grupo social ali exposto.

No entanto, a busca por igualdade e respeito à diversidade tem sido frequente em vários setores da sociedade, entre eles, e talvez o mais importante, encontra-se o ambiente escolar, que se apresenta como o lugar da mudança, dos vários tipos de fala, do universo em transformação e de um dever que nos espera diariamente.

Como afirma Castro (2005, p. 107), pesquisadora da UNESCO:

Há que se estimularem os professores [e professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti racista, anti-sexista,

[anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo.

Nesse panorama demonstra inquietações sobre as temáticas relacionadas à diferença e diversidade que estão inseridas no ambiente escolar. Se a diversidade não é apreciada, então é necessário pensar sobre os motivos acerca dessa ação, pois, a mesma transpõe diferentes espaços da sociedade. Ainda no contexto da diversidade escolar, sabe-se que se encontram muitos alunos com diversos tipos de deficiências e dificuldades motoras e/ou psicomotoras que levam professores e demais profissionais do setor educacional a não saberem lidar com a diversidade na escola e suas esferas social e familiar.

Quanto a esses alunos com diversos tipos de deficiência e dificuldades motoras e/ou psicomotoras, na concepção de Mantoan, (2013, p. 45) muitas são as dificuldades enfrentadas pelo aluno com deficiência no contexto escolar:

As dificuldades na interação social da criança com deficiência, podem manifestar-se como isolamento ou comportamento social impróprio; pobre contato visual; dificuldade em participar de atividades em grupo; indiferença afetiva ou demonstrações inapropriadas de afeto; falta de empatia social ou emocional.

É importante enfatizar que o professor é um integrante nesse processo de interação social, além de ser um mediador.

Para Freire (2011), é função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que os educandos possuem advindos das mais variadas experiências sociais, efetivas e cognitivas a que estão expostas, prezando pela diversidade e pelo respeito às diferenças encontradas entre os indivíduos em sala de aula. Detectar os conhecimentos prévios dos alunos não é uma tarefa fácil implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo.

O autor continua a mesma linha de raciocínio, ao afirmar que quanto menores são as crianças, mais difícil é a explicação de tais conhecimentos, uma vez que elas não se comunicam verbalmente. A observação acurada das crianças é um instrumento essencial nesse processo. Os gestos, os movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe. Com relação às crianças maiores, podem também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que têm acesso (FREIRE, 2011).

A entrada do aluno com deficiência na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo (ORRÚ, 2017).

É incorreto, portanto, atribuir a certos alunos identidades que os mantêm nos grupos de excluídos, ou seja, nos grupos dos alunos especiais, pessoas com deficiências, com problemas de aprendizagem e outras tais. É incabível fixar no outro uma identidade do ‘normal’, que não só justifica as exclusões dos demais, como igualmente determina alguns privilégios (CASTRO, 2005).

Sobre a identidade Orrú (2017, p. 45), destaca que a Educação Inclusiva “Questiona a artificialidade das identidades normais e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade”, e não da diversidade, como geralmente se proclama. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é continuar na mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico.

Consonante o que foi exposto por Orrú, afirmam Fermino, Boruchovith e Diehl (2011, p. 100) que:

A diferença vem do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são que são irredutíveis a identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado- da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A Multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico.

Com isso, os autores pretendem demonstrar que a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam se limitados em direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluíra das suas turmas. Deve ainda capacitar professores, funcionários, alunos, familiares e sociedade em torno dessa transformação.

É importante destacar o art. 205 da Constituição federal de 1988 dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovido e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Se a educação é um direito de todos,

os indivíduos que apresentam pessoas com deficiência estão sem dúvida incluídos e, portanto, sua educação é plenamente assegurada. Além disso, o artigo 208, inciso III, do mesmo diploma legal, assegura o “[...] atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

De acordo com Achcar (2016), a inclusão é um desafio que implica em mudanças. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) há 110 mil alunos com alguma deficiência estudando em escolas comuns. O censo 2002 mostra que a inclusão vem ganhando espaço, desde 1998, aumentou 135%, mas ainda é minoria.

A inclusão de pessoas com deficiência nas classes comuns representa um avanço histórico em relação ao movimento de integração, que pressupunha algum tipo de treinamento prévio para permitir sua participação no processo educativo comum.

Segundo o termo da Declaração de Salamanca a UNESCO relata que a educação inclusiva nasceu em 1994 com uma alternativa voltada para a defesa e a promoção dos direitos dos grupos, vulneráveis historicamente, excluídos dos sistemas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), assegura a criança com deficiência física, sensorial e mental estudar em classes comuns. O Art. 58 desta Lei preconiza que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessária, de serviços e apoio especializado. Preveem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns. Complementando, o art. 59 diz que o sistema de ensino regular deve assegurar através do trabalho pedagógico, atendimento às necessidades específicas da criança com deficiência (BRASIL, 1996).

Desta forma, a qualidade do processo da inclusão está diretamente ligada com a estrutura organizacional da instituição. Portanto, o processo de inclusão vai beneficiar todos os alunos. Ele é importante para a construção da ideia de cidadania e sociabilidade. Mesmo tratando-se de uma tarefa difícil é responsabilidade da sociedade, de uma forma geral, transformar as pessoas, diminuir as práticas de exclusão de alunos com deficiência, superar o preconceito, construir e preservar valores que envolvam o respeito entre as pessoas, estabelecer as possíveis relações em meio as diferenças e todo esse processo também passa pela escola, pois como instituição que faz parte da sociedade, ela vive as práticas de discriminação e de desigualdade que promovem a exclusão das pessoas.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. O Parâmetro Curricular Nacional (2001, p. 21) expõe o seguinte:

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela.

Sendo assim, considerando as diferenças no contexto escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais são orientados de acordo com os princípios constitucionais de dignidade e igualdade de direitos, participação e responsabilidade pela vida social, afim de a escola e o espaço educativo, seja um ambiente acolhedor para todos os alunos e todas as suas condições e necessidades especiais.

2.2 Trabalho colaborativo inclusivo entre escola e professor

Refletir sobre educação inclusiva para todos implica pensar nas relações entre os alicerces da educação geral e da especial, com formação geral e especial dos professores. A educação das necessidades especiais, no contexto do ensino regular, permite tanto aos professores já atuantes quanto aos que estão em formação, rever os referenciais teórico-metodológicos que se alicerçaram na distinção entre educação especial e geral (MACHADO, 2013).

A educação para pessoas com deficiência educacionais tem os mesmos objetivos de qualquer cidadão. Mas é preciso ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola e a sala de aula com o processo mais amplo de inclusão social. Caso contrário corre-se o risco deste sujeito vir a ser mais um elemento de exclusão social, quando deveria contribuir para a inclusão. Assim, Mantoan (2013, p. 19):

Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas diferenças! Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que valorize as diferenças, ou seja, uma educação inclusiva.

A educação inclusiva que engloba a concepção no espaço escolar respeito às diferenças, aceitação, valorização da diversidade, com isso, é importante destaca o que Mantoan (2000, p. 02), descreve:

Para se tornarem inclusivas, acessíveis a todos os seus alunos, as escolas precisam se organizar como sistemas abertos, em função das trocas entre seus elementos e com aqueles que lhe são externos. Os professores precisam dotar as salas de aula e os demais espaços pedagógicos de recursos variados, propiciando atividades flexíveis, abrangentes em seus objetivos e conteúdos, nas quais os alunos se encaixam, segundo seus interesses, inclinações e habilidades.

A pluralidade de alunos com deficiência exige de alguma forma que o professor não seja somente o detentor do saber. Segundo Maciel (2005), os professores do ensino tornam-se mediadores da aprendizagem dos alunos com deficiência para seu acesso, percurso e permanência na escola. Eles apoiam e enriquecem a ação da escola, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e praticar pedagógicas alternativas.

A proposta de modificações psicopedagógica no processo educacional se baseia em: a) diversificar os objetivos em comum a todos e outros individualizados, em função das necessidades de cada aluno. A programação deve ser equilibrada para se obter melhores resultados; b) Traçar novos objetivos nas áreas afetiva, motora, cognitiva, social e moral; c) inclusão de novos conteúdos – além dos conteúdos referentes à aquisição de conceitos, princípios ou fatos, mas também a procedimentos, valores, normas e atitudes (MACHADO, 2013).

Desta maneira, é interessante observarmos que o professor não é o único que ensina aos alunos, mas que estes, também aprendem entre si. O aluno deve ser avaliado de acordo com sua construção de conhecimentos, suas habilidades e competências e não o que é habitualmente é feito, isto é, dentro do contexto educacional no qual se desenvolvam os processos de ensino aprendizagem. Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que está se transforme e possibilite a este aluno a sua inserção na escola.

Alunos com deficiência precisam de tarefas individuais. Geralmente têm dificuldade para operar as ideias de forma abstrata. Cada um deve ter acompanhamento de acordo com sua necessidade, na família e médico. As deficiências não podem ser medidas e definidas genericamente. Deve-se levar em conta a situação atual da pessoa. A escola deve receber informações sobre as especificidades e os instrumentos adequados para fazer com que esse sujeito encontre na escola um ambiente agradável, sem discriminação e capaz de proporcionar

um aprendizado efetivo, tanto do ponto de vista educativo quanto social. Em formação, aliada ao interesse e à disposição que tem para promover a inclusão, leva o professor por caminhos certos (MACHADO, 2013).

De acordo Castro (2005), professora do departamento de Educação Física da Universidade estadual Paulista (UNESP) e autora do livro Educação Física Adaptada (Editora Mauer Berg), as atividades físicas especiais devem ser planejadas pensando na segurança do aluno, no seu desenvolvimento e no uso que ele vai fazer daquela atividade tendo em vista as habilidades fundamentais relacionadas ao esporte, como andar, correr, saltar, rebater.

As atividades planejadas facilitam a competição pela cooperação. Esse é um dos princípios dos jogos cooperativos, que permitem ao participante desenvolver e expressar habilidades que vão além da motricidade. Durante a brincadeira, confiança mútua, descontração, autonomia, comunicação e respeito pelas diferenças são incentivados. O conjunto das expressões artísticas tem como um dos objetivos a livre expressão que constitui elemento de formação da personalidade da pessoa (ORRÚ, 2017).

A educação artística propõe desenvolver no aluno potencialidades para que possa expressar-se criativamente no seu meio ambiente. A música desencadeia no ser humano respostas em níveis físico, emotivo, rítmico em mental. Quanto maiores forem às possibilidades de manifestação, mais ampla será a liberdade da criança para expressar-se e comunicar-se. Na educação especial, os métodos de ensino, o processo de aprendizagem e os objetivos são diferentes.

De acordo com Moreira (2011), diretora do centro de Educação Especial Síndrome de Down de Campinas, o aluno com necessidade especial está sempre adquirindo conhecimento, mesmo que não seja o formal. A socialização que o aluno aprende na escola traz autonomia, por isso à inclusão é importante. Desse modo Roseli Rocha (2020, p. 4), professora de Educação especial da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, ressalta que “Imediatamente após a matrícula do aluno com deficiência, toda a equipe deve se reunir para pensar na socialização do aluno, na adaptação curricular, na participação da família, nas parcerias com postos de saúde e com escolas especiais”.

É preciso criar um projeto pedagógico orientado para a inclusão. O papel do professor é importante. Aprender a cerca de pessoas com deficiência pode significar, para os professores, deixar de encaminhar indiscriminadamente para recursos especializados (classes especiais, escola ou instituições especializadas) os alunos que apresentam dificuldades escolares, sem aténs proceder a um estudo rigoroso, do ponto de vista pedagógico, de cada caso em particular (MACHADO, 2013).

E significa considerar, nesse estudo, principalmente os aspectos ligados à própria escola, enquanto facilitadora ou não de aprendizagens – metodologias, sistemática de avaliação do aluno, relacionamento com a classe, currículo etc. e ainda, a abordagem teórica que dá sustentação ao nosso entendimento do que é a aprendizagem e como ela se processa. Fazer com que uma escola seja inclusiva não significa proceder de uma maneira especial somente com as crianças diferentes. A escola inclusiva é aquela que leva em consideração a subjetividade e a diferença de cada um.

Segundo Orrú (2017) existem alunos diferentes que vão à escola conseguindo ler e escrever muito mais do que alguns ditos normais. Então, nesse aspecto, o professor poderia exigir muito mais deles do que dos outros. Por isso, o educador tem a função de perceber o que pode demandar de cada um, mas sem perder de vista o que está sendo ensinado é para todos.

Ainda sobre o professor, para Machado (2013), não pode ser confundido com um educador particular, mas precisa adotar um conteúdo programático que possa ser passado para todos e que tenha flexibilidade de se adequar à individualidade de cada um. Finalizando temos que ressaltar que o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola tem como objetivo principal identificar como educar o aluno com deficiência e como realizar sua inclusão na escola e na comunidade, a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania, fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos.

O fato é que, ambos relacionados acima não são suficientes para ser proporcionados como um estímulo para a independência e o desenvolvimento das habilidades da pessoa com deficiência, comprometendo assim, o uso de recursos essenciais como à comunicação, interação afetiva, social e produtiva destas pessoas. A educação inclusiva só será bem-sucedida se houver uma preparação adequada dos professores, que precisam entender as pessoas com deficiência não como um problema, mas como um desafio. É esta a grande proposta da inclusão.

Todos frequentarem a escola, terem acesso a um ensino de qualidade, participar de todas as atividades. Isso passou a ser um direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado, como cumpridor de uma lei federal, em todas as instâncias, sendo elas públicas ou privadas. Concluindo, é importante não conceber o aluno com deficiência como alguém que não tem capacidades e que terá dificuldades de compreensão e de entendimento (ORRÚ, 2017).

Ao se trabalhar com o indivíduo com deficiência deve-se ter em mente que todos nós temos possibilidades e que a estimulação com qualidade é essencial para o desenvolvimento cognitivo. E a motivação é fator importante para toda aprendizagem, assim como os laços afetivos que se estabelecem na relação ensino e aprendizagem. Tudo é possível num mundo onde não se tem certeza efetiva das coisas. Tudo pode acontecer e as reações do ser humano

são as mais variadas possíveis e há relatos de que a superação das nossas limitações é real. Acredite não só no trabalho que é oferecido como naquele que recebe o seu trabalho (ORRÚ, 2017).

Enfim, deve-se abranger a questão da educação escolar, da mesma maneira voltada para a formação de cada indivíduo, ou seja, focando no desenvolvimento da cidadania, que de acordo com as orientações deve ser indispensável dentro do regimento educacional, valendo lembrar que se deve atender e respeitar a diferença de cada um dos alunos, exigindo assim, diferenciações nos processos pedagógicos, de maneira que todas as deficiências voltadas para a educação possam ser realizadas com sucesso. Nesta análise, embora a Educação Especial exija ações diferenciadas, não deve ser realizada de forma isolada, mas sim como parte interativa da educação geral (BRASIL, 2006).

Divulga ainda, que dentro dos parâmetros do PCNs, houve mudanças na compreensão do desenvolvimento da educação inclusiva, buscando uma educação de qualidade passando assim, a promover uma melhoria na proposta pedagógica da rede regular, onde proporcionaria um atendimento de qualidade e que seja para atender alunos especiais, com algum tipo de transtornos e também superdotação.

Menciona que em 1999, o Decreto nº. 3.298, que regulamenta a Lei nº. 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional com a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, objetiva a operacionalização de tudo o que antes estava na definição geral da Constituição Brasileira de 1988 (AZEVEDO, 2004).

De acordo com as necessidades, as mudanças vieram surgindo dia após dia, onde a política nacional tornou-se um grande acontecimento na integração da educação pública, onde a sociedade objetiva as orientações normativas, dando autenticidade ao exercício dos direitos sociais e culturais que cada indivíduo, independente se tem algum tipo ou não de deficiência,

Assim, pode-se classificar a Educação Especial como uma circunstância a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando assim, a atuação primordial da Educação Especial ao Ensino Regular (AZEVEDO, 2004). É importante salientar que, em 1996, as Instituições de Ensino Superior receberam o Aviso Circular nº. 277 do Ministério da Educação/Gabinete Ministerial (MEC/GM) que sugere andamento para o ingresso dos alunos com deficiência no Ensino Superior, conquanto, mesmo com os vestibulares, não deixa de chamar a atenção para as Instituições desenvolverem ações que possibilitem a estabilização dos serviços educacionais, de infraestrutura, de capacitação de recursos humanos, de modo que promovam uma permanência de qualidade de ensino a esses alunos (BRASIL, 2007).

2.3 A chegada do aluno com necessidades especiais na educação superior

O processo de inclusão das pessoas com deficiência, no ensino superior, ainda se depara por inúmeras dúvidas, desafios, sobre a forma como deve suceder, embora muitas instituições universitárias apresentem receptividade à entrada das pessoas com deficiência, os profissionais que ali estão demonstram que não há preparação suficiente em sua formação para receber como deveria, causando inseguranças nos envolvidos no processo de inclusão. O ingresso desses estudantes com deficiência é realmente um grande progresso na educação e no ensino superior, no entanto é fundamental se atentar ao fato de que esses estudantes, estarem no ambiente universitário não significa, necessariamente, a participação plena deles em todos os espaços e a compreensão dos conteúdos propostos em sala de aula.

Contudo, a inclusão desses alunos com deficiência no ensino superior vem acontecendo de forma constante, ou seja, os impactos desses alunos com necessidades nas instituições têm sido recebidos de forma natural, sem nenhuma resistência, ou seja, na verdade o Estado vem sendo cada vez mais insistente no ensino de qualidade para com a instituição.

Analisando aspectos concernentes a chegada do aluno com deficiência na Educação Superior, Costas, Damian e Selau (2017) destacam que a necessidade da discussão de tal tema sobre a participação desses estudantes implica que o procedimento não está ainda eficientemente concretizado e por isso há docentes que não estão conseguindo alcançar sucesso e realização durante a sua jornada pedagógica.

Para os autores existem classificações que podem vir a definir essas dificuldades no ingresso do aluno com deficiência, como também há táticas que podem ser seguidas para ver melhoria. Quanto às dificuldades, estão atreladas, essencialmente, a questões com a própria instituição de ensino e quanto às táticas podem ser perseguidas através de melhorar o aspecto educativo ou didático que instrua corretamente e, principalmente, inclua o estudante com deficiência.

Sobre isso, Garcia, Bacarin, Leonardo, (2018) mencionam que mesmo quando estamos diante de uma abordagem melhor na tratativa desse assunto delicado nos últimos tempos, vê-se que foi essencial implementação de mudanças drásticas, inclusive no quesito legal, para que o ingresso do aluno com deficiência e sua estada tivessem efetivamente uma garantia nesse nível de educação.

Desta forma, falando de mudanças, se referindo ao acesso, para que fossem efetuadas possibilitando esse ingresso do aluno com deficiência ao Ensino Superior, alteraram-se durante

esse processo seletivo diversas colocações quanto à elaboração do edital. Dessa forma, exige-se de quem elabora a prova para o vestibular, parâmetros diferenciados de se avaliar, a disposição da sala e a realização de adaptações que se mostrem necessárias para que o candidato tenha a possibilidade de concluir a prova, considerando de igual maneira as particularidades que se referem a cada deficiência ao corrigir a prova (BRASIL, 1996).

A partir da garantia dessa acessibilidade ao Ensino Superior sendo garantidas pelo Poder Público e pelas demais instituições, por meio dessas adaptações necessárias, tem-se ao se entrar em âmbito acadêmico novas questões indispensáveis que também devem ser analisadas e diante disso, foi instituída a Portaria nº 1.679/1999, a qual dispõe sobre requisições e regras que devem ser cumpridas para ofertar esse acesso aos alunos, para que se possa autorizar e reconhecer esses cursos e dar credencial para as instituições. (BRASIL, 1999).

De forma geral do termo, discriminar o ser humano é notar seu diferencial, sem fazer discernimento no sentido mais decorrente baseado na aceitação desse aluno de forma natural, para que o aluno deficiente se sinta seguro no ambiente em que está. Sendo de forma positiva em alguns casos, ser favorável como nos casos da chamada discriminação positiva de certas categorias sociais perante a sociedade.

Na visão de Perini (2006) desde os meados de 60, a relação da deficiência vem sendo discutida e mostrada com veracidade nos debates sociais, incluindo a normalidade e a de institucionalização no parâmetro educacional. Portanto, com as mudanças as influências na institucionalização vêm fracassando cada vez na funcionalidade dos indivíduos, nas relações pessoais juntamente com sua inserção na sociedade, para que haja assim, aceitabilidade diante da situação no trabalho e no estudo, iniciando desde o mundo ocidental e o movimento pela de institucionalização.

Discorre diante do fator, da ação baseada na ideologia da normalização e defendida a necessidade de incluir a pessoa com deficiência na sociedade, procurando sempre ajudá-la a adquirir condições e os padrões de vida no nível mais próximo do considerado normal. Portanto, ressalta que com os parâmetros da Institucionalização, com as mudanças devem-se amparar ideias de reorganização, criando conceitos de globalização de acordo com cada necessidade de mudanças nas pessoas com algum tipo de deficiência podendo mostrar ao mesmo que tenha condições suficientes de participar o máximo possível, aos demais, para ser inserida e integrada no convívio social (PERINI, 2006).

Fato é que quando se trata de políticas públicas voltadas ao setor da educação, em especial a educação inclusiva, deve haver uma ampliação e fiscalização de medidas adotadas

por parte desse mesmo Estado para que as instituições cumpram com o seu dever de realmente dar acesso e incluir as pessoas com deficiência.

2.4 Tecnologia Digitais na Educação

A palavra tecnologia quando mencionada, o que vem logo a mente é desenvolvimento ou simplesmente se relaciona a internet e computador, porém não se deve relacionar somente a isso, visto que a mesma surgiu para atender às necessidades da humanidade. Contudo, a concepção da sua definição nos mostra outras faces. Segundo Kenski (2007, p. 22) “[...] a expressão “tecnologia” diz respeito a muitas outras coisas além das máquinas. O conceito tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações”. Essa definição sobre tecnologia engloba tudo aquilo que foi construído pela humanidade, com intuito de contribuir e sanar as necessidades humana. A necessidade humana é constituída através de ideias exposta no seu cotidiano e nas suas vivências com o meio social determinado pelo tempo.

Ainda falando sobre o conceito de tecnologia Kenski (2008, p. 18) reafirma dizendo que

Para todas as atividades que realizamos, precisamos de produtos e equipamentos resultantes de estudos, planejamentos e construções específicas, na busca de melhores formas de viver. Ao conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade nós chamamos de "tecnologia":

Dessa forma, a tecnologia é vista como algo presente em nosso dia a dia, de modo que corriqueiramente passa por despercebida a nossa volta, “As tecnologias estão tão próximas e presentes que nem percebemos mais que não são coisas naturais” (KENSKI, 2007, p. 24). Nessa mesma perspectiva, Bueno (1999), diz que tecnologia também é

um processo contínuo através do qual a humanidade molda, modifica e gera a sua qualidade de vida. Há uma constante necessidade do ser humano de criar, a sua capacidade de interagir com a natureza, produzindo instrumentos desde os mais primitivos até os mais modernos, utilizando-se de um conhecimento científico para aplicar a técnica e modificar, melhorar, aprimorar os produtos oriundos do processo de interação deste com a natureza e com os demais seres humanos (BUENO, 1999, p. 87).

Deste modo, entendemos que “A evolução tecnológica, não se restringe apenas aos novos usos de determinados equipamentos e produtos. Ela altera comportamentos” (KENSKI, 2007, p. 21), isto é, a tecnologia é concebida pela transformação social.

Na atualidade a tecnologia digitais é vista como algo inovador que vem possibilitando a sociedade alguns tipos de comodidades, proporcionando inúmeros benefícios e dando soluções há muitos dos problemas antes não solucionados em diferentes áreas como a econômica, no bem-esta da sociedade, na política e suas contribuições para educação “A economia, a política e a divisão social do trabalho refletem os usos que os homens fazem das tecnologias que estão na base do sistema produtivo em diferentes épocas” (KENSKI, 2007, p. 21). Esses avanços tecnológicos, criados pela humanidade, vieram para facilitar e nos dá mais poder de informação e conhecimento, conhecer e compreender mais o mundo e ir sempre em busca de melhores condições de vida.

Desta forma, as tecnologias digitais se desenvolveram com o passar dos anos e trouxe com essa evolução muitas informações, conhecimento, assim, modificando a nossa forma de ser, viver, conhecer e aprender, ajudando o nosso cotidiano. Depois disso, com tantas mudanças tecnológicas veio à necessidade da sociedade manter-se mais informados, em relação a essas novas mudanças tecnológicas, que de certa forma permite expandir nossos conhecimentos, daí entra a relação que a tecnologia tem com a educação. Podendo viabilizar de forma positiva a educação no que se diz respeito a novas práticas de ensino e aprendizagem, para alunos e professores.

Sobre a tecnologia no processo de aprendizagem, segundo Chalita (2001, p. 163):

A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista na equipagem das escolas, em laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol-sem negar a importância de todo esse instrumental-, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e a importância do professor.

Assim, o acompanhamento diário do professor é indiscutível no processo de aprendizagem do aluno. Mesmo assim, esses profissionais precisam de ferramentas que o ajude nesse processo. As práticas educativas de alguma forma precisam se adaptar a essa nova realidade tecnológica. As contribuições que a tecnologia, traz para educação são enormes, propicia ao professor e aluno maior disponibilidade de informação, conteúdos e recursos para ambos, transformando o processo educativo inovador, proveitoso e dinâmico. Cabe ao professor utilizar de maneira inteligente as tecnologias para intermédio da aprendizagem.

Na ação do professor em sala de aula e no uso que ele faz dos suportes tecnológicos que se encontram à sua disposição, são novamente definidas as relações entre conhecimento a ser ensinado, poder do professor e a forma de exploração das tecnologias disponíveis para garantir melhor aprendizagem pelos alunos. (KENSKI, 2007, p. 19)

Então as tecnologias sem dúvida nenhuma estão presentes em nossa rotina, deste modo, fica até difícil contrariar a sua relevância, de como elas são usadas pelos professores e alunos. Os meios tecnológicos possibilitam aos alunos maior aprendizado, de modo, que seja usado de forma consciente, como também contribui para que os professores aprendam outras formas de ensinar e se atualizar. Na atualidade, o professor deixa de ser apenas transmissor de conhecimento passando a ser aquele eterno estudante, perante as novas diversidades encontradas na sociedade.

Portanto, fica evidente a relevância das tecnologias no ambiente educacional e, principalmente, na rotina do ensino e aprendizagem de professores e alunos, tendo como consideração a utilização desses meios tecnológicos na forma de recursos didáticos como um instrumento de ligação nos processos educacionais.

2.4.1 Tecnologias Digitais para a Inclusão no Ensino Superior

Sabemos que as tecnologias são essenciais para vida em sociedade, conforme os estudos de Kenksi (2007), e isso vimos no decorrer do tempo, o quanto a humanidade foi capaz de se aperfeiçoar, criar, desenvolver, tais tecnologias para sanar suas necessidades. Afinal as tecnologias servem para diversas utilidades seja para se comunicar, trabalhar, usar em seu lazer, estudar, sobretudo, está cada vez mais evidente que elas tomam de conta do nosso dia a dia. Também vimos o quanto às tecnologias é benéfica para educação, mas essas tecnologias estão sendo usada para beneficiar a Educação Inclusiva.

A inclusão no Ensino Superior é um dos desafios para a educação no século XXI. A educação inclusiva procura de alguma forma envolver toda diversidade de sujeitos por diferentes agentes sociais, seja esses agentes pessoas, práticas pedagógicas, ferramentas essas como as tecnologias digitais, que em muitas oportunidades possibilita a isenção de pessoas com deficiência ter mais independência, a presença das pessoas com deficiência na educação superior, no entanto, está claro que não basta garantir a presença, dessa forma, é preciso garantir condições de acessibilidade para eles na universidade. Considerando que esse processo de

inclusão na educação superior é recente e que as instituições têm buscado desenvolver ações e programas que atendam às necessidades destes estudantes.

Existem alguns tipos de necessidades que esses alunos enfrentam na educação, os profissionais que trabalham com eles. Contudo a disponibilidade de recursos e serviços de tecnologias digitais, entre outras tecnologias, elas de alguma forma são necessárias para que alcancem seus aprendizados, ainda é escassa, dificultando o processo de desenvolvimento e habilidades. Com a difusão da tecnologia, o exemplo é progressivamente seguido por instituições de ensino espalhadas pelo mundo. Conheça, abaixo, quais são essas soluções e entenda como elas auxiliam na educação inclusiva: livros digitais, sites e equipamentos acessíveis, dicionário digital em Libras, audiodescrição. (ARVORE, 2017).

Nos livros digitais, o tempo da narração, a dinâmica da história e a passagem das imagens estão inteiramente sincronizados com uma interpretação na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atualmente, cerca de 3 mil mesas PlayTable estão espalhadas por todo o país, em escolas públicas, privadas, hospitais e até restaurantes. (ARVORE, 2017).

Já os sites acessíveis são integrados com softwares que reproduzem Libras (para os deficientes auditivos) e códigos que podem ser interpretados por leitores de tela (para os deficientes visuais). Outras funções incluem a legenda nas imagens, a áudio descrição nos vídeos e opções de regulagem de fontes e contraste. Em um contexto educacional, todas essas ferramentas podem ser utilizadas para a difusão do conteúdo para deficientes visuais e auditivos. Assim, esses alunos conseguem passar pela mesma experiência de aprendizado vivenciada pelo restante da turma. (ARVORE, 2017).

Um grupo de especialistas deficientes auditivos, juntamente com linguistas, lexicólogos (responsáveis pela produção de dicionários) e filólogos (aqueles que estudam uma língua por meio de textos escritos), criou uma ferramenta de tecnologia na educação inclusiva muito interessante. Trata-se de um dicionário digital, com sinais filmados em movimento, em Libras para português e português para Libras. (ARVORE, 2017).

No contexto do ensino educacional no que tange ao ensino remoto emergencial momento esse em que estamos vivenciando, a educação inclusiva busca sempre aliados para sua permanência e as tecnologias veio para isso, com isso ela as tecnologias inseridas na educação inclusiva são relevantes, pois se acentuam, principalmente, devido às potencialidades identificadas para a promoção do desenvolvimento psicológico dos alunos (LIMA, 2017). Para alguns alunos o uso de recursos tecnológicos digitais é a única maneira de proporcionar o acesso ao conhecimento, desenvolver suas habilidades e favorecer ações como estudar, comunicar, interagir, entre outros.

Sabemos que as tecnologias são essenciais para vida em sociedade, conforme os estudos de Kenksi (2007), e isso vimos no decorrer do tempo, o quanto a humanidade foi capaz de se aperfeiçoar, criar, desenvolver, tais tecnologias para sanar suas necessidades. Afinal as tecnologias digitais servem para diversas utilidades seja para se comunicar, trabalhar, usar em seu lazer, estudar, sobretudo, está cada vez mais evidente que elas tomam de conta do nosso dia a dia. Também vimos o quanto às tecnologias são benéficas para educação, mas essas tecnologias estão sendo usada para beneficiar a Educação Inclusiva.

No decorrer desse trabalho discutimos por diversas vezes sobre educação inclusiva, mas ainda devemos ressaltar o que venha a ser essa em seus princípios básicos, de acordo com a Unesco (1994, p. 05):

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade.

Deste modo, o professor nesse modelo de educação precisa buscar meios de ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer e possibilitar a empatia, consciência, demonstrando que todos são iguais, independentemente de sua condição física, financeira, econômica e demais diferenças seja ela qual for.

Assim, a educação no contexto atual necessita se integrar e progredir conforme as necessidades e as diversidades dos alunos existentes na sociedade, com isso as tecnologias devem ser pensadas com um planejamento prévio, no qual seja adequado a essas pessoas com deficiência, sem transgredir a individualidade, que possa ser um elo, facilitando o progresso significativo e de integração do aprendizado das pessoas com deficiência, assim de alguma forma contribuir no seu processo de inclusão das mesmas no ensino superior.

Quando a essa questão do uso das tecnologias a mesma dever ser vista como ambiente de aprendizagem das pessoas com deficiência, sabe-se que as tecnologias nos dias de hoje manifestam como uma grande colaboradora da educação, cabendo aos professores usarem como um instrumento viável na produção e construção do conhecimento, sendo aliadas como um processo contínuo, bem como esses recursos uma maneira de transformar as aulas mais atrativas, dinâmica, para incentivar tanto a aprendizagem, como a sua participação, garantia de sua acessibilidade no contexto da educação superior. Segundo Soares e Almeida (2005, p. 3):

Um ambiente de aprendizagem pode ser concebido de forma a romper com as práticas usuais e tradicionais de ensino aprendizagem como transmissão e passividade do aluno e possibilitar a construção de uma cultura informatizada e um saber cooperativo, onde a interação e a comunicação são fontes da construção da aprendizagem.

Então, para se tornar necessário que os professores se apropriem de novas tecnologias para pensarem e repensem sobre as suas possibilidades. A sociedade, e toda comunidade precisa reconhecer a diversidade existe no ambiente educacional, quando se pensa em pessoas com deficiência, refletir sobre suas práticas pedagógicas, repensar sobre os conteúdos e a maneira como estão sendo ministrado, elaborar maneiras de como podem ser inseridas as tecnologias na escola para aprendizagem dessas crianças, contudo observar os seus benefícios, as contribuições que a mesma pode proporcionar, trazendo independência e aceitação (SASSAKI, 1998).

As tecnologias quando bem usadas, de alguma maneira podem facilitar o desenvolvimento de forma contínua do aluno, considerando elas contribuem em diferentes situações diárias as novas linguagens dos alunos, nessa nova era das tecnologias, incentivando diretamente no processo de construção do conhecimento. No caso das pessoas com deficiência, as tecnologias são capazes de revolucionar a sua aprendizagem e no processo de uma educação mais inclusiva (SASSAKI, 1998).

A Constituição federal garante a todos o acesso à educação. “Toda unidade de ensino deve atender aos princípios legais da inclusão não podendo excluir ninguém”. Segundo Ander-Egg (1997), compreende-se educação especial como um conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) disponibilizados aos alunos com deficiência para favorecer adequado desenvolvimento escolar.

Segundo Pietro (1997), a Constituição Federal de 1988 dispõe de modo explícito o direito a deficiência. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado a deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (art.208).

Sendo assim, com base no princípio inclusivo, elabora-se o conceito de que o indivíduo com deficiência é uma pessoa com direitos e deveres iguais a todo e qualquer ser humano. Neste sentido, conscientes de que o processo de mudança está intimamente ligado ao processo educacional, necessário se faz inverter a ordem do estabelecido. Isto é imprescindível para que todos possam se fazer ouvidos, sabedores dos seus próprios desejos e defensores de seus direitos, preconizando o indivíduo, o cidadão, o próprio sujeito da história e não a deficiência.

Tornando assim, a “Educação Especial” mais eficiente e elevando ao estatuto de “especial” a prática educacional inclusiva.

Contudo com o fato pandêmico que assola o mundo, proporcionou de forma negativa instabilidades que vem frustrando todo planejamento para espaços de contato físico. Com isso, o planejamento de longo prazo, ante um ambiente no qual as fontes de conhecimento e estudo demonstra contaminação e mortes diárias altera todo planejamento.

Diante de tantos desafios ocorridos no planejamento no contexto educacional, muitas pesquisas demonstram de alguma forma possibilidades na volta das aulas, mas que isso se concretize devemos de forma progressiva voltar aos poucos com segurança para não ocorrer mais perdas para vida a educação em nosso Brasil. Na educação superior, incertezas, medo, dúvidas e respostas a ser dada a comunidade com relação ao seu retorno presencial ainda é incerta perante tal acontecimento.

É crucial fornecer educação e conscientizar essas situações para uma prevenção eficaz da propagação de doenças. Desta forma, observa-se que familiares professores e gestores foram confrontados com uma nova realidade marcada pela ausência de definições, e pela provisoriade, em que os prazos são incertos e as certezas inexistentes. Cabe destacar a importância de que as intervenções dos estados e municípios possibilitem informações corretas e orientações no sentido de prevenir o contágio (CUNHA, 2020).

Nesse cenário pandêmico, com o passar dos dias sem aulas nas redes escolares, todo o processo educativo foi marcado por uma fase de perplexidade, análise dos dados e das informações e trocas de experiências. Neste contexto, os estados brasileiros anteciparam o período de férias ou de recesso escolar, o que viabilizou maior tempo de análise e acompanhamento das tendências no mundo em comparação com a situação do Brasil o que possibilitaria buscar os caminhos necessários.

Neste sentido, a grande tendência que predominou nos estados brasileiros e, de forma igual na maioria dos estados da região Norte como exemplo, os mesmos buscou dois caminhos: primeiro, a regulamentação em âmbito estadual, no interior dos respectivos conselhos estaduais de educação, de princípios, normas e orientações para que a rede estadual e as redes municipais de ensino se ancorassem para tomada de decisão; e ainda a identificação e implantação de recursos tecnológicos, plataforma, canais e emissoras de rádio, enfim, diferentes mecanismos visando estabelecer o ensino remoto apontado como possível pelo Conselho Nacional de Educação no Parecer nº 05 exarado no dia 28 de abril de 2020 (ARRUDA, 2020).

Segundo Arruda (2020) os dados apresentados indicam que os sistemas estaduais priorizaram, no período em comento, a utilização de mecanismos e espaços de ensino remoto, o que tem ocorrido das mais diversas formas em detrimento das desiguais condições de acesso e conexão à internet e aos meios tecnológicos.

Nessa perspectiva, diferentes questionamentos se apresentam ao evidenciar as iniciativas dos estados brasileiros, de forma especial ressaltam-se os fatores que possuem estreita relação com o processo de aprendizagem que permanecem ausentes diante da inviabilidade de garantia dos direitos de aprendizagem nas iniciativas descritas.

O contexto em análise, vivenciado em dias de pandemia em que todos são orientados a ficar em casa, evidencia as desigualdades no acesso à tecnologia, às condições adequadas de estudo, mas ainda, delatam um processo de e precarização do trabalho docente que sem condições mínimas de trabalho, em espaço doméstico, sem apoio técnico ou pedagógico se encontra diante da de um aparato tecnológico construindo novos formatos de aula que exigem diferentes habilidades e não correspondem à realidade de cada professor (CUNHA, 2020)

Ao refletir sobre as potencialidades desse contexto, é inevitável observar que, em detrimento das limitações e dificuldades vivenciadas, há oportunidades para, no tempo e estado presente, se consolidar novas práticas, novas reflexões sobre os caminhos da educação a distância na educação básica, na medida em que há um acúmulo de tentativas e experiências nesta temática mesmo que de forma superficial e sem projeto de implantação consistente, afetando, assim, o contexto geral da educação inclusiva e suas práticas de ensino.

2.4.2 Práticas de ensino inclusivas no ensino superior

Percebemos que as práticas inclusivas no decorrer de muitas pesquisas vêm demonstrando que o processo inclusivo não é só dar aos discentes que precisam de alguma forma de atendimento especializado e individualizado, em virtude que tal processo a necessidade das instituições sobre essas novas metodologias de ensino e práticas pedagógicas inclusivas, acompanhada por inúmeros avanços teóricos e investigativos de novos princípios educacionais inclusivos.

A função do atendimento educacional especializado é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação

dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização e deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (FREIRE, 2011).

Nesse contexto, De Oliveira e Lima (2015), destacam que o uso das concepções de desenvolvimento e de aprendizagem norteia o trabalho educacional e, por isso, é importante retomar aqui algumas reflexões sobre desenvolvimento e aprendizagem. As teorias de desenvolvimento dizem que é a consequência de vários fatores genéticos e ambientais que se configuram de maneira única em cada sujeito. Na ideia de que o homem é um ser social está embutida a de que o homem se desenvolve na sociedade e na cultura, por meio de uma ferramenta especialmente desenvolvida para isso, isto é, o homem é um ser capaz de aprender com o outro por meio da linguagem que organiza e dá sentido à experiência humana compartilhada (DE OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Nessa perspectiva, Orrú (2017), entende-se que o desenvolvimento e a aprendizagem ocorrem no espaço privilegiado constituídos pelas relações sociais, no espaço em que os seres humanos interagem entre si e com os objetos do mundo. Em contrapartida, é possível descrever o que ocorre no nível dos sentidos, do corpo e do cérebro e tudo isso é certamente importante para o desenvolvimento humano, mas, em geral é difícil interferir nesses níveis (a não ser por meio de procedimentos médicos, principalmente).

Desse modo, as autoras De Oliveira e Lima (2015), mencionam que uma parte do desenvolvimento humano pode ser entendida como o produto do trabalho escolar, e este, podem ser pensados no contexto das relações que se criam entre quem aprende e quem ensina e o objeto de aprendizagem. Essas concepções de desenvolvimento e de aprendizagem permitem compreender os processos psicológicos como processos compartilhados por todos. Elas fundamentam de um modo geral, o trabalho escolar, marcando os rumos e ajudando a adequar os objetivos e os meios de alcançá-los.

Portanto, as relações, a linguagem e a cultura na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem fazem com que as características próprias de grupos ou mesmo de indivíduos sejam levadas em consideração para planejar e implementar ações e práticas pedagógicas. No que se refere especificamente à aprendizagem de alunos com deficiência é crucial o deslocamento da ênfase na “deficiência” para a eliminação das barreiras que se impõe nos processos educacionais. Desta maneira, os recursos tecnológicos dão acessibilidade e se apresentam de certa forma como essenciais para o desenvolvimento da

autonomia, de habilidades, de inclusão educacional, de mobilidade e sociodigital desses sujeitos (BRASIL, 2008c).

Neste sentido, a educação está vivenciando inúmeras transformações, nas quais se destaca a educação que visa à construção e garantia de um espaço social que contemple a inclusão e inserção das pessoas respeitando suas diferenças, uma educação, que tenha como cerne um espaço de construção do conhecimento e de cidadania para todos, em que a inclusão das pessoas com deficiência tenha um espaço garantido, e que todos os alunos sejam acolhidos e tenham respeitadas suas peculiaridades e diversidade (ORRÚ, 2017).

Ressalta-se que oferecer uma educação de qualidade não é tarefa fácil, pois envolve desde aspectos materiais e físicos até a capacitação profissional, bem como, romper com antigos paradigmas e concepções conscientizando os educadores para esse novo desafio que se apresenta (FREIRE, 2011).

O aluno com deficiência tem dificuldade em construir seus conhecimentos, demonstrar suas capacidades cognitivas, principalmente se a escola possui metodologias conservadoras. Por isso na realidade que se apresenta a educação deve ser diferenciada para todos, isto é, se adequar as possibilidades e limitações de cada aluno auxiliando no processo de construção de conhecimento (FREIRE, 2011).

Sendo assim, o professor não necessita preparar uma aula diferenciada para aquele aluno, mas sim, diversificar as atividades para atingir a todos, independentemente de suas possibilidades intelectuais. O aluno com deficiência necessita aprender a ser e a viver, necessita ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo, estimular seu desejo e confiança.

Mantoan e Batista (2007, p. 15) acrescentam que “A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e /ou intelectual nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento”. A condição de deficiência não pode predeterminar o limite de desenvolvimento do indivíduo, deve-se favorecer ao aluno a busca pela independência, respeitando sua condição de aprendizagem, valorizando e considerando o jeito de cada um aprender.

Nesta perspectiva Padilha (2011, p. 135) salienta que “Vencer as barreiras de sua deficiência expandir possibilidades, diminuir limites encontrar saída para estar no mundo” deve ser metas no trabalho com o aluno com deficiência, pois ele deve ser educado visando sua emancipação.

Sendo assim, ressalta-se que o educador tem um lugar importante na construção da aprendizagem, pois é ele que orienta os estudantes. A maioria das situações no trabalho com educação é envolvida por relacionamento entre o ensinam-te e o aprendente como: afabilidade,

compreensão, gentilezas e outros sentimentos que quando te ensinam exercem em cada indivíduo satisfação e bem-estar como uma forma de aumentar o conhecimento dos alunos, pois o emocional influencia no aprendizado e no desempenho.

Dessa forma, é importante ressaltar que o aluno com deficiência se sente segregado dentro e fora da sala de aula. Não tem relativo domínio sobre suas emoções e atitudes, e enfrenta dificuldades de resolver seus conflitos muitas vezes expressa livremente suas emoções devido a isso o professor deve possuir o equilíbrio emocional que revele o seu nível de maturidade efetivo traço emocional, a estrutura de sua personalidade e seu condicionamento as situações ambientais que o auxiliem no trabalho com este aluno.

O educador deve buscar estabelecer na sala de aula um clima de harmonia e cooperatividade que possibilite o desenvolvimento do aluno com deficiência sem fazer distinção. Ressalta-se que em todas as situações não se pode perder de vista a importância de propiciar para o aluno um ambiente social estimulador livre de segregação, um ambiente que não reforce as suas limitações, mas desafie o desenvolvimento e a aprendizagem de novas habilidades. Estudos citados por Araújo (2014) e Mantoan (2013), confirma que o trabalho com um aluno com deficiências intelectuais exige que o professor além das condições inerentes a todo educador, apresente características de personalidade, habilidades e conhecimentos adequados ao atendimento a esta categoria de educandos.

Nesse sentido, é preciso ter criatividade ao propor soluções que visem atender aos objetivos educacionais indicados para a educação do aluno, atitude de estudo e pesquisa diante dos problemas da área, bom nível de expectativa em relação aos planos e resultados da Educação Especial, e persistência em relação aos mesmos, bem como, capacidade para trabalhar em equipe.

Para trabalhar com o aluno com deficiência, o afeto deve permear todas as situações, bem como, este aluno precisa sentir-se aceito tendo seu tempo respeitado, pois uma das maiores dificuldades é o fato de que os currículos das escolas muitas vezes é estratificado em função de uma sequência gradativa de conteúdos como se todos os alunos daquela idade fossem capazes de aprender ao mesmo tempo. Sendo assim o professor deve respeitar o tempo destas crianças mediando as relações e sua aprendizagem afim de que ele não seja excluído nem vivencie o fracasso.

Acredita-se poderem avançar as discussões que apontam para articulações das relações intrínsecas entre deficiência e aprendizagem no campo da educação, se estas forem incorporadas no cotidiano escolar, com estudos sistematizados como das dificuldades de

aprendizagem e deficiências em geral encaradas como objetos de conhecimento (PADILHA, 2011).

Defendendo, então, a ideia de que os conteúdos relacionados a vida pessoal e a vida privada das pessoas com deficiência podem ser introduzidos no trabalho educativo perpassando os conteúdos de matemáticas, língua, ciências etc. Assim, o princípio proposto é de que tais conteúdos sejam trabalhados na forma comum, mas sempre respeitando o tempo do aluno em suas aprendizagens e que incorporem de maneira transversal e interdisciplinar os conteúdos tradicionais da escola e aqueles relacionados a deficiência (PADILHA, 2011).

Acrescenta-se que um bom caminho para promoção de tal proposta é lançar mão do emprego de “velhas práticas” de ensino no cotidiano das escolas e universidades, principalmente se esta questão apresentar características ultrapassadas e que solicitem aos sujeitos considerar ao mesmo tempo os aspectos cognitivos e afetivos que caracterizam o raciocínio humano (PADILHA, 2011).

Enfim, para esse aluno ter sucesso em sua vida educacional, deve-se usar inúmeros recursos explorar a ludicidade, aproximar a vida universitária como um espaço de conquistas, mas para isso a afetividade também deve permear as relações.

3 METODOLOGIA

Neste ponto do trabalho, abordou sobre os procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, expôs-se a caracterização da pesquisa, sua natureza, quanto aos objetivos, sua abordagem e o tipo de pesquisa, bem como a apresentação do local de coleta dos dados e os sujeitos no qual pertence este lócus e seus instrumentos de coleta de dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a utilização das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas com um aluno com deficiência intelectual no Curso de Pedagogia. Desta forma, abordagem será qualitativa, a qual nos possibilita compreender os fenômenos comportamentais dos sujeitos da pesquisa, além de buscar compreender um determinado fenômeno social, e entender os significados. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32), essa abordagem demonstra que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Essas correntes teóricas, apresentada pelas autoras, vêm demonstrando que este tipo de pesquisa, guia o investigador, aplique métodos e categorias para que possa identificar, descrever e compreender a realidade dos sujeitos e os fenômenos sociais dos envolvidos na pesquisa, coletando, analisando e relacionando os dados empíricos com as construções que possibilite as reflexões em torno do caminho percorrido no desenvolvimento deste trabalho.

A produção deste trabalho será de natureza básica, pois “O avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. (APPOLINÁRIO, 2011, p. 146). Desse modo, é importante salientar que a pesquisa de natureza básica possui relevância, uma vez que, possibilita a ampliação de conhecimentos e transformações sociais, culturais, políticas e educacionais.

Tendo em vistas ao alcançar os objetivos propostos desse trabalho é importante destacar que este estudo será de cunho explicativo e descritivo, na qual possa apontar a necessidade de

registrar e analisar os dados obtidos em relação aos objetos estudados, sem manipulá-los. Desta forma, segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Com isso, quando executar a pesquisa descritiva o pesquisador terá a oportunidade de ter um contato direto com a realidade do objeto estudado, percebendo e entendendo as suas características sem interferir sobre os fatos, no entanto poderá encontrar possíveis respostas para os questionamentos que surgirem ao longo da realização da pesquisa. Já a pesquisa explicativa a mesma procura explicar os acontecimentos de maneira que possa registrar e analisar os fenômenos estudados, na busca de identificar suas causas. Deste modo, conforme Severino, (2016, p. 132):

É aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação de métodos experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

Neste sentido, é realizada como uma tentativa de unir ideias, para compreensão das causas e efeitos de um determinado fenômeno. Assim sua finalidade é identificar qual a variante independente por outra que determina a causa da variante dependente do fenômeno em estudo para, em seguida, estudá-la em profundidade.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, Silveira e Córdova (2009, p. 36), afirmam que:

A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. Investiga-se uma pessoa ou grupo capacitado (sujeito da investigação), abordando um aspecto da realidade (objeto da investigação) [...].

Nesta expectativa, os procedimentos empregados na coleta de dados favorecerão ao pesquisador/a dispor de uma relação direta com a realidade do objeto de estudo, como também determinar as relações que a conduzam a uma reflexão crítica e um desenvolvimento do tema pesquisado. Por isso, procuraremos conversar com os sujeitos, a fim de explicar a importância deste estudo.

Para tanto, busca-se realizar um estudo de caso visto que é método de pesquisa sobre um assunto específico, nesse caso um indivíduo, com isso, permita aprofundar o conhecimento sobre ele e, assim, oferecer conhecimentos para novas investigações sobre a mesma temática.

Segundo Ludke e André (1986, p. 17), o estudo de caso

[...] é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

Nesta perspectiva o propósito para a realização de um estudo de caso, o mesmo precisa explorar situações da vida real cujas suas demarcações não estão notoriamente definidas, assim, possa preservar a individualidade do objeto estudado, descrevendo a situação do contexto em que está sendo feita a determinada pesquisa.

3.2 O lócus da Pesquisa e os sujeitos participantes

A pesquisa aconteceu na cidade de Cajazeiras no sertão da Paraíba, precisamente na Universidade Federal de Campina Grande campus Cajazeiras, com um discente graduanda do Curso de Pedagogia.

O sujeito da pesquisa foi uma discente do curso, diagnosticado com deficiência intelectual, na qual aconteceu um acompanhamento durante o período remoto de 2021.1, durante a monitoria inclusiva com objetivo de observar o desenvolvimento cognitivo, concomitantemente ao uso das tecnologias digitais e suas dificuldades de aprendizagem durante os estudos e resolução das atividades proposta pelos professores.

Além da colaboração do mesmo, haverá uma entrevista com aproximadamente 3 (três) professores(as) que a ensinou no Curso de Pedagogia durante os períodos remoto, na qual, foi elaborada 10 (dez) perguntas referentes ao tema da pesquisa a Educação Inclusiva, na perspectiva do processo de inclusão a pessoa com deficiência com o uso das tecnologias digitais no ensino superior.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta parte da metodologia foram apresentados os instrumentos de coleta de dados que são: entrevista e observação.

3.3.1 Entrevistas

A técnica de pesquisa a ser empregada trata-se de entrevista, na qual a mesma tem papel fundamental nos instrumentos utilizados nas pesquisas das ciências sociais, assim, atuando como um dos instrumentos de relevância nos estudos científicos. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), uma das grandes vantagens dessa técnica em relação às outras em questão “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Para tanto escolheremos uma entrevista semiestruturada que de acordo com Lüdke e André (1986, p. 34), é a “Que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Dessa forma, Gil (1999, p. 120) reafirma que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

Esse tipo de entrevista permite que em algum momento as perguntas previamente determinadas possam ser as respostas relativamente livres. Caso haja a necessidade, o investigador pode acrescentar uma pergunta não esperada, dependendo das respostas dos entrevistados. A entrevista semiestruturada contém um roteiro com 10 (dez) perguntas, um modelo disponível em apêndice, na qual a mesma aconteceu remotamente pela plataforma *Google Meet*, e presencialmente com data e horário agendado com os entrevistados.

3.3.2 Observação

A observação é considerada um importante instrumento de coleta de dados para conseguir informações sobre diferentes aspectos da realidade dos indivíduos. Com isso, ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p.79). Contudo a observação, além disso, obriga o investigador a ter uma relação mais direta com a realidade, visto que a “Observação possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

A observação com o objetivo de pesquisa exige uma organização e orientação, mas de que forma a observação pode se tornar um instrumento de coleta de dados para uma pesquisa?

Além disso, Lüdke e André (1986, p. 25) declara que:

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Nessa perspectiva, será necessário entender o “quê” e “o como” o observador irá desenvolver sua pesquisa. A observação ocorreu durante o mês de fevereiro a março de 2022, de forma remota conforme a plataforma que foi ministrada pelos professores do curso de Pedagogia no decorrer das aulas no decorrer da monitoria inclusiva.

Durante a monitoria inclusiva na qual tem como objetivo oferecer acompanhamento acadêmico aos alunos com deficiência. A monitoria inclusiva é um espaço de formação para o discente-monitor, ao qual é propiciada uma experiência que lugar nenhum será encontrado, aprofundar cientificamente o uso entre teoria e prática nos encontros com o aluno com deficiência, proporcionando um espaço aberto a trocas de conhecimento, a inserção na vivência do monitorado.

O acompanhamento na monitoria inclusiva buscou estimular a aprendizagem, conhecer o discente, sua família, como as suas características e seus interesses particulares, pois a partir disso, houve uma conquista significativa durante esse período, à monitora observou confiança entre ambos, um passo importante para organizar o acompanhamento pedagógico juntamente com o discente monitorado, visto que o discente “é de natureza um tanto desconfiado”. Observou-se ainda que o discente demonstrou maior interesse em suas atividades passadas em sala de aula pelos professores, compromisso na finalização das mesmas, autonomia com o uso das tecnologias, independência, considerando suas limitações com deficiência intelectual, pois, essas não sejam justificativas para o conhecimento não adquirido.

3.4 Procedimentos Éticos

Esse projeto de pesquisa será elaborado respeitando as normas e procedimentos vigentes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 e no documento Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Cabe salientar, que antes de aplicar os instrumentos para a coleta de dados será esclarecido os objetivos da pesquisa e a importância da mesma para os sujeitos que se disponibilizarão a participar.

A pesquisa priorizar a privacidade, confidencialidade e respeito aos sujeitos envolvidos na mesma, serão adotados alguns procedimentos, especialmente a utilização do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, que se caracteriza enquanto um documento que contém todas as informações necessárias para nortear os integrantes sobre as consequências da pesquisa que se propõe participar. É importante destacar, que será disponibilizada uma cópia do TCLE para os entrevistados e outra ficará de posse da pesquisadora para assegurar a liberdade do uso do material que será coletado para o desenvolvimento da pesquisa.

Este termo procurará respeitar os princípios éticos da pesquisa em ciências humanas expressos na resolução, acima mencionada oportunizando aos participantes desistirem a qualquer momento da sua participação na pesquisa sem que estes, sofram qualquer tipo de risco. O termo também divulgará as informações básicas das pesquisadoras como: e-mails, telefones, endereço com o intuito de assegurar a privacidade dos participantes, bem como estabelecer uma ligação entre ambos. No entanto, após as gravações das entrevistas, as mesmas serão transcritas, partilhada e socializadas com os sujeitos que participara desta pesquisa, permitindo que os mesmos fiquem à vontade para efetuar qualquer tipo de modificação, caso pretendam.

4 ANÁLISE DE DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentar a análise dos dados coletados de um discente do Curso de Pedagogia no qual ingressou no período de 2019.1 e no momento está cursando o 6º período do referente curso. Sendo essa a parte central do presente estudo e logo abaixo intitulada “A instituição de Ensino” descreve um pouco sobre ela, e o apoio dado ao referido discente através do NAI e sua fundação. O corpus da análise foi extraído de conteúdo das observações e entrevistas feitas com três professores da instituição.

As entrevistas uma delas foi realizada pela plataforma *Google Meet* e gravadas no aplicativo *Ocam*,¹ a outra entrevista foi efetuada presencialmente e gravada pelo celular da pesquisadora, sendo ouvida e transcrevida, as perguntas foram pensadas e formuladas previamente, elaborou-se um roteiro de questões a serem respondidas pelos entrevistados. As observações ocorreram durante os meses de fevereiro a março de 2022 de forma remota no decorrer das aulas do discente, seguindo um roteiro para sua coleta.

Nas entrevistas alguns trechos foram selecionados considerando-os relevantes para a pesquisa, e as principais respostas dos professores nomeados como “A”, “B” e “C” como o conceito de inclusão, a importância da acessibilidade na Universidade, como tornar a Universidade inclusiva, a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos digitais para trabalhar com o discente, se a Universidade oferece formação para o uso das tecnologias digitais para inclusão, quais os desafios e dificuldades em relação ao trabalho docente com o discente. Além das entrevistas foram realizadas observações ao discente nas aulas remotas durante a pandemia do Covid19 na perspectiva de compreender o processo de inclusão no ensino superior e suas relações sociais e a contribuição das tecnologias digitais para seu desenvolvimento educacional.

¹ <https://ocam.softonic.com.br/?ex=DINS-162.2>

4.1 A instituição de Ensino

A Universidade Federal de Campina Grande está localizada no município de Cajazeiras precisamente no alto sertão paraibano. Conforme o PPC do curso, datado do ano de 2009, o curso de Pedagogia foi criado através da Resolução nº 294/79 do Conselho Universitário da então Universidade Federal da Paraíba, tendo iniciado seu funcionamento em 17 de março de 1980. Em 1984, o curso foi regulamentado através da Resolução nº 01/84 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB.

O suporte referente ao acompanhamento pedagógico e reabilitação neuropsicológica, no qual a UFCG oferece ao estudante é através do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NAI, criado pela RESOLUÇÃO No 11/2016, no qual diz Cria o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, como Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, e dá outras providências, com finalidade o atendimento a pessoas com deficiência física, sensorial, mental ou intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – superdotação, conforme disposto na legislação vigente, e a monitoria inclusiva com o objetivo de oferecer acompanhamento acadêmico aos (às) aluno (as) com deficiência, regularmente matriculados nos Curso de Graduação.

Alguns documento da instituição foram lidos, para entender o contexto da Universidade, como: Plano de Desenvolvimento Institucional que é um instrumento legal de planejamento estratégico, instrumento esse onde o foco é aprimorar conhecimentos, competências e habilidades, em seu plano de gestão, nas ações estratégicas descreve o fortalecimento do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade. Já o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, a única abordagem sobre educação inclusiva ou algo relacionado é sobre a disciplina de Educação Inclusiva com a ementa que busca oferecer conhecimento sobre o Histórico e concepções da educação de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEE). Políticas Públicas e Bases Legais da Educação. Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva. Propostas pedagógicas e práticas educativas para a Educação Inclusiva.

Segundo o PPC (2009) a ação docente e a construção de sistemas educacionais inclusivos. E os seus objetivos são: refletir sobre o preconceito existente na sociedade contemporânea, bem como as alternativas para superá-lo, reconhecer a relevância do papel docente na construção de sistemas inclusivos, proporcionar a reflexão acerca de práticas pedagógicas inclusivas.

4.2 Entrevistas

Com base nas entrevistas efetuadas, alguns dos trechos mais importantes foram expostos e utilizados para serem analisados de acordo com os referenciais teóricos que fundamenta este trabalho. As perguntas estão selecionadas da seguinte forma para análise: o conceito de inclusão, a importância da acessibilidade na Universidade, como tornar a Universidade inclusiva, a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos digitais para trabalhar com o discente, a Universidade oferece formação para o uso das tecnologias digitais para inclusão, quais os desafios e dificuldades em relação ao trabalho docente com o discente.

A primeira pergunta questionada relata o conceito de inclusão, acerca disso o professor A diz que:

É o acolhimento das pessoas num mesmo ambiente de educação, independentemente de suas características pessoais/individuais, com as mesmas oportunidades de se desenvolverem intelectualmente, socialmente, moralmente etc.

E o professor B reitera completando sobre o conceito de inclusão que:

A gente se refere a coisas ou essas pessoas que fazem parte de um grupo ou de algum núcleo de alguma sociedade, e eles não fazem parte desse núcleo, então, incluir seria justamente adicionar essas pessoas sobre um ambiente do qual eles não fazem ou não faziam parte. Então, por isso que a inclusão é sempre parte da ideia de que é preciso que as pessoas e os indivíduos tenham as mesmas oportunidades. Nesse grupo no qual, eles não fazem ou fazem parte do ponto de vista da educação. O que eu poderia dizer que a educação inclusiva é justamente a preocupação de que a educação tenha como objetivo garantir o direito de todos à educação. Então, portanto, o acesso à educação tem que ser algo que tenha a mesma igualdade de oportunidade para todos, mas não só em termos de educação, acho que a inclusão de um ponto de vista mais amplo deveria justamente é oferecer igualdade de oportunidade a todas as pessoas, dependendo das suas condições étnica, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero. Então, são questões que, para se tornar inclusiva, uma educação, uma prática, tem que observar todas as diversidades. E também acho que falar de inclusão é uma questão que envolve até mesmo a cultura, as práticas, as políticas, sejam elas sociais, que uma questão mais ampla, sejam elas educacionais. Então, isso tem que ser pensado de forma a garantir que as pessoas que vivem nessa sociedade tenham acesso às pessoas, igualdade de oportunidade, acesso, sem exceção, independentemente da deficiência que elas tenham.

Diante das respostas dos professores sobre o conceito de inclusão, fica evidente que é o entendimento de que a inclusão perpassa pelo acolhimento, dando as mesmas oportunidades,

de forma que englobam as mesmas condições de igualdade independentemente de sua deficiência, no processo de ensino e de aprendizagem. Desse modo, embasada no princípio de inclusão, foi definido o conceito de que o indivíduo que possui algum tipo de deficiência é igual a qualquer outro, com os mesmos direitos e deveres.

Assim, cientes entre o processo de inclusão e o processo educacional se faz necessário inverter a ordem do determinado, ou seja, é fundamental que todos os indivíduos sejam ouvidos, sejam conhecedores de seus anseios e defensores de seus direitos, fazendo a “educação inclusiva” mais eficaz e exercendo uma prática educacional inclusiva. Contudo o professor C descreve inclusão como *“O conceito de inclusão é muito amplo, pois abrange as minorias sociais. São pessoas que estão fora do sistema e passam constantemente pelo processo de discriminação por parte da sociedade”*.

Esta fala, corrobora com a ideia de que a educação inclusiva é um processo bem diverso, havendo a necessidade de ações transformadoras, buscando promover reflexão que todos tenham o direito à educação. Todavia, o marco histórico para a educação Inclusiva foi no ano de 1994, através da declaração de Salamanca, na Espanha, no decorrer da Conferência Mundial de educação Especial da UNESCO.

O documento mencionado acima possui o princípio de que os alunos que possuem deficiência devem estar inseridos no ensino regular e defende que todos os discentes possuem o direito à educação inclusiva, independente da dificuldade de aprendizagem que possua. O Brasil firmou esse compromisso ao se tornar signatário da declaração de Salamanca, iniciando um diálogo no cenário pedagógico no que diz respeito às questões relacionadas à inclusão e exclusão na educação (CORDE, 1994; LAPLANE, 2006).

Com relação a importância da acessibilidade na Universidade o professor A respondeu *“A Universidade, ou as escolas de graduação nos diversos âmbitos, inclusive em pós-graduações, podem oferecer oportunidades antes disponibilizadas somente para quem tinha todas as condições físicas, mentais e emocionais exigidas, não somente pelas escolas superiores, mas pela sociedade como um todo”*. Com a segurança da acessibilidade por parte do Ensino Superior sendo asseguradas pelo Poder público, assim como, as demais organizações, através de adequações necessárias, tendo-se ao se inserir em ambiente acadêmico novos apontamentos se tornam indispensáveis ao serem analisados.

Desse modo foi implantada a Portaria nº 1.679/99, que prevê quanto as requisições e normas que devem ser cumpridas para ofertar esse acesso a todos os discentes, sem distinção, para que seja possível autorizar e reconhecer esses cursos e credenciar as instituições educacionais (BRASIL, 1999).

Além disso, considerando ainda sobre a importância da acessibilidade nas Universidades o professor B refere-se à acessibilidade como barreiras além das arquitetônicas, mencionando que:

Então muitas vezes se pensa que ao se falar de acessibilidade, a gente está se referindo a apenas uma questão física, arquitetônica, mas está além do espaço físico, porque as pessoas têm de ter acesso para sua locomoção. A acessibilidade era o instrumento de você superar ou criar possibilidades para que as barreiras, que representam entrave para essas pessoas sejam superadas. Isso inclui não só a questão arquitetônica, mas todas as barreiras do ponto de vista social, do ponto de vista físico, para que essas pessoas possam efetivamente participar da vida social.

Já o professor C salientou também quanto à importância da acessibilidade nas Universidades dizendo:

A acessibilidade promove o direito de ir vir de todos os alunos, especialmente daqueles que não teria a possibilidade de fazer um curso superior. Hoje, a questão não é fazer a matrícula, mas oferecer as condições necessárias para que esse aluno possa permanecer no ambiente da Universidade e ter as mesmas oportunidades que os demais alunos.

Promovendo o acesso, a permanência e a participação dos alunos, de acordo com suas possibilidades a acessibilidade favoreça as relações sociais que vai além dos espaços arquitetônicos. Sasaki (2009) sugere seis dimensões sobre acessibilidade tais como: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, 2 estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). Por isso, a acessibilidade chega a ser uma virtude, facilitando de tal forma o que todos nós almejamos diferentes ambientes tornando-se inclusivos.

Diante disso, a respeito de como tornar a Universidade inclusiva, o professor A respondeu o seguinte:

Preparar seus servidores em geral para as ações inclusivas: funcionários, professores e terceirizados. Hoje temos uma minúscula parcela com condições de exercer trabalho seguro na educação inclusiva.

Propiciar, sensibilizar o ambiente universitário em um todo a serem mais comprometidos na formação de sujeitos inclusivos nesse processo de inclusão, visto, isso como um marco valioso para tonar a Universidade inclusiva na sua busca e efetivação. No entanto, o

professor B destaca se referindo ao domínio conceitual e compreensão para tornar a Universidade inclusiva enunciando que:

Primeiro. Eu acho que as pessoas que trabalham na UFCG precisam dominar a questão sobre uma deficiência conceitualmente, compreender o que é inclusão. Então, depois que você compreender o ponto de vista teórico, eu acho que é preciso desenvolver proposta e atitudes de inclusão, não só propostas pedagógicas. Mas eu acho que a inclusão é uma questão de atitude em relação ao espaço físico, mas, sobretudo no sentido de propiciar o acesso ao conhecimento científico para as pessoas com deficiência. Porque esse conhecimento científico vai ajudar essas pessoas tanto no mercado de trabalho com na própria inclusão social e isso a Universidade deve perceber e intervir nas suas ações cotidianas isso porque as pessoas com deficiência têm o mesmo direito das pessoas que não apresentam essas limitações. Portanto precisa garantir que as pessoas estejam no mercado de trabalho e na sua vida social. E acha que a Universidade tem uma grande tarefa nesse processo que oferecer acesso ao conhecimento científico, está produzindo e acumulado na Unidade.

Defronte de tais indagações sobre tornar a Universidade inclusiva o professor B demonstra inquietações perante aqueles que convivem no ambiente universitário em dominar tal conceito, para promover a inclusão.

Mantoan (2015, p. 79), caracteriza o professor inclusivo como:

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado – tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as.

Dando continuidade como tornar a Universidade inclusiva o professor C enfatiza dizendo “*Primeiramente adotar uma política inclusiva em sua legislação e promover a inclusão em todos os seus espaços e campus. Segundo não ter medo de investir nessa área com formação de professores, na infraestrutura arquitetônica, em tecnologias assistivas e em profissionais capacitados na área*”

A partir da fala dos professores é possível compreender que a inclusão é um processo complexo e amplo e que necessita de ações modificadoras e reais que promovam realmente a conscientização do direito de todos os indivíduos à educação.

Estudos quanto a inclusão no Ensino Superior se torna cada vez mais imprescindíveis. Políticas públicas e conhecimento técnico são requisitos essenciais, entretanto o envolvimento de todos os indivíduos que formam o ambiente universitário é de suma importância para concretizar a inclusão verdadeira, caso contrário, ela ocorre somente em um nível mínimo, em

ambientes com práticas realizadas isoladamente. A sensibilização de todos os envolvidos com formação, recursos pedagógicos e tecnológicos em atitude interdisciplinar sendo esse necessário na busca e efetivação da inclusão.

Diante disso, os recursos pedagógicos e tecnológicos digitais nas Universidades demonstra ser insuficiente para trabalhar com os estudantes, acarretando barreiras como aponta o professor C dizendo que *“É preciso superar as barreiras atitudinais e pedagógicas da instituição”*. Mantoan (2001), enfatiza que essas barreiras estão muitas das vezes na baseada em exclusão, seja de forma quando se impede a entrada e o ingresso das pessoas com deficiência nas instituições por infraestrutura, não seja oferecida condições necessárias para a aprendizagem, responsabilizando-o há condições inferiores em relação aos seus semelhantes.

Essas barreiras podem ser expostas de diferentes formas como a Universidade oferece formação para o uso das tecnologias digitais para inclusão foi uma das perguntas, obtivemos as seguintes respostas do professor A *“Posso dizer que alguns encontros foram realizados, mas no âmbito da Instituição como um todo não conheço essa formação específica”*, nisso o professor C enfatiza também dizendo a não existência dessa formação na Universidade para o uso das tecnologias digitais para inclusão e a falta de investimento *“o investimento em tecnologia ainda precisa ser melhorado”*. Kenski (2012) ressaltando a presença das tecnologias em relação a educação, determinando essa a conduzir as mudanças necessárias no modo de sistematizar o ensino.

As dificuldades dessa formação para incorporação das tecnologias para os docentes nas Universidades por falta de investimento é uma realidade. Porém o documento referência da CONAE (2014) menciona a política de formação e valorização dos docentes, inclusive através dos dispositivos digitais. De acordo com o supracitado documento cabe aos entes federados promover a reforma do currículo dos cursos de licenciatura e incentivar a renovação pedagógica dos docentes, de maneira a garantir o foco no aprendizado do discente, repartindo a carga horária em composição geral, formação no setor do saber e uma didática mais inclusiva, incorporando as tecnologias digitais.

Para concluir a entrevista foi perguntado aos professores quais os principais desafios, questões, dificuldades, dúvidas em relação ao trabalho docente com o discente. O professor A responde que: *“Os desafios, as questões, as dificuldades, as dúvidas que tenho em relação ao trabalho docente com a estudante em apreço são semelhantes à maioria das outros estudantes, com a diferença de que ela (discente) é um pouco mais intensos”*.

Já o professor B menciona que: *“o principal desafio é fazer com que ela avance no processo de aprendizagem respeitando sua limitação porque muitas das vezes se pensam num*

processo de ensino e aprendizagem para um aluno ideal e com características diferentes e individuais como a gente tem no caso das pessoas com deficiências”.

Complementa expondo quais os principais desafios, questões, dificuldades, dúvidas em relação ao trabalho docente com o discente é “ *Respeitando suas limitações é um dos principais desafios e entender que embora as limitações que essas pessoas sejam um empecilho no processo de ensino e aprendizagem de forma nenhuma essas limitações signifique falta de capacidade de aprender, mas eu creio que essas pessoas tem tempos e ritmos de aprendizagem diferentes daqueles alunos que não tem essas dificuldade do ponto de vista observável, mas todas elas no seu tempo e seu ritmo tenha capacidade de aprender e acima de tudo têm o direito de aprender”* (professor B).

Com base nos relatos dos professores no que se tange aos desafios e dificuldades em relação ao trabalho docente com o discente, percebe nas falas que todos defendem o direito dos discentes que acessam a universidade por contas de inclusão de aprender, destacam que o processo de aprendizagem de cada indivíduo é singular, suas limitações não impedem no processo de aprendizagem.

Entretanto o professor C remete aos desafios e dificuldades dúvidas em relação ao trabalho docente com o discente, como fatores a serem alcançados sendo esses:

os principais desafios é fazer que o aluno permaneça na instituição oferecendo as condições necessárias para o seu processo de aprendizagem. Outro desafio importante é a formação dos professores e a sua senilidade diante de um aluno que precise de seu apoio. O outro desafio é superar as barreiras pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais. Outro desafio é a UFCG adotar uma política inclusiva para que suas ações sejam mais efetivas e menos burocráticas. Esses são os principais. As dificuldades andam muito juntas com os desafios. Cada dificuldade passa a ser um desafio porque coisas mínimas fazem a diferença nessa área. As dúvidas sempre aparecem, sempre que um aluno nos procuram nós temos o dever de dar atenção, mas tem coisas são do âmbito administrativo, como contratação de profissionais e compra de equipamentos ou de material, cada alunos é um caso e traz consigo um desafio.

Diante de tais afirmações, constatamos que para efetivação do trabalho docente e da educação inclusiva no ensino superior, precisamos reivindicar a reestruturação das instituições, mas não somente arquitetônico, mas na superação de barreiras atitudinais, criando uma rede de apoio, capacitando os profissionais, fortalecendo a formação dos agentes envolvidos na educação inclusiva.

4.3 Observações

O roteiro das observações está em Apêndice, para a coleta do mesmo, no qual ocorreu durante os meses de fevereiro a março de 2002 no decorrer das aulas do discente, através do *Google Meet*, no ensino remotas no período pandêmico, foi descrito através de seu roteiro e armazenado em pasta no computador da pesquisadora. O relato dessa observação aqui exposto, transcorrerá os pontos mais importantes em destaque como: interação professor/aluno, aluno/professor, e interação aluno/aluno, tecnologias digitais.

Durante toda a observação o discente apresenta pouca ou muita das vezes nenhum tipo de interação com os professores e seus colegas, o mesmo sempre demonstra muita retração e timidez, expressando em sua linguagem oral muita das vezes atitude de inferioridade perante seus colegas e professores. Na interação com os professores na exposição do assunto em sala via *Google Meet*, o discente não interage quando os professores explicam os assuntos, mesmo com toda a dinamização da aula e alguns dos seus colegas interagindo não o motiva.

Visto que o processo de inclusão caracterizado por, Montoan (2013) destaca que a Educação Inclusiva processo educativo que deve ser visto como um processo social envolvendo todas as pessoas com deficiência ou não, que tem o direito à educação, porém essa educação não seja apenas uma oferta de acesso à pessoa com deficiência nos ambientes educativos, mas da valorização, com isso venham reconhecer as diferenças que cada indivíduo possui.

O discente não possui um diálogo constante com os colegas, e nem com os professores, sua interação constante é somente com a monitora, através de áudios, mensagem de textos feitas pelo *WhatsApp* para retirar dúvidas. Percebo essa limitação do discente em dialogar nas aulas. Considerando sobre a importância do diálogo, segundo Freire (1986, p. 14) “o diálogo pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual” visto dessa forma o diálogo é ação importantíssima na atividade de ensino e aprendizagem, na qual o docente e discente são visto como protagonista nesse processo.

Em relação ao uso das tecnologias digitais o discente consegue a princípio ter uma boa articulação com as tecnologias, logo no início das aulas o mesmo conseguiu entrar nas aulas pelos links enviados pelos professores, liga a câmera, o microfone sem dificuldade, porém ao utilizar outros recursos tecnológicos como aplicativos digitais, plataformas para envio de trabalhos o mesmo tem dificuldades de acesso. As tecnologias digitais para inclusão do discente no curso modela a cultura digital da sociedade provocando formas em seu desempenho nas atividades, nas atitudes autônomas, mostra que não se deve estar separada, mas interligada com

as aulas. Para Kenski (2015, p. 01) “Uma nova cultura – cultura digital modela as formas de pensar, agir, comunicar-se com os outros, trabalhar e agir”, pois na busca de se desenvolver, produzir seus trabalhos, para leitura, formatação, conduz o mesmo a ser independente curioso por conhecer mais, daí a importância para seus processos de ensino e de aprendizagem, visto que as tecnologias digitais contribuirão em seu desenvolvimento na aprendizagem, tal como Mantoan (2000, p. 58) discorre,

Em uma palavra, precisamos somar competências, produzir tecnologia, aplicá-la à educação, a reabilitação, mas com propósitos muito bem definidos e a partir de princípios que recusam toda e qualquer forma de exclusão social e toda e qualquer atitude que discrimine e segregue as pessoas, mesmo em se tratando das situações mais cruciais de apoio às suas necessidades.

As tecnologias digitais conseguem beneficiar as atividades das pessoas com deficiência, buscando encontrar caminhos que facilite sua aprendizagem, possibilitando, independência, conquistas de novas alternativas em seu desenvolvimento.

Concluindo a observação percebe que o discente em questão apresenta interesse em fazer as atividades com o uso das tecnologias digitais, no entanto suas limitações conduzem ao seu isolamento nas aulas, pois não gosta de falar em público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho foi possível compreender sobre a educação inclusiva e as contribuições das tecnologias digitais no ensino superior, no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Visto que é de suma importância que a inclusão aconteça por meio de políticas públicas, mudanças no projeto pedagógico do curso, plano de desenvolvimento institucional que valorize todos que fazem parte do contexto universitário, principalmente, os docentes, um elo, que atuam com discentes com pouca ou nenhuma formação para o processo de inclusão.

No percorrer do período pandêmico, o comportamento da sociedade se transformou, em suas atividades diárias, na sua cultura, na educação etc. Tudo mudou perante tal acontecimento, as mudanças foram constantes e as tecnologias como vimos foi soberana em muitos campos de ação humana principalmente na educação.

Diante de tantas adversidades no processo educativo durante o período pandêmico, as tecnologias mostraram-se protagonistas, colocando como uma ferramenta necessária para educação, o que foi percebido nas falas dos professores entrevistados e durante as observações. É possível perceber que a educação inclusiva no contexto do ensino superior, verificando a falta de despreparo dos docentes e as infraestruturas na Universidade insuficientes. Os docentes em sua maior parte, não foram capacitados para lidar com as adversidades.

Fica evidente, a partir da análise das entrevistas que a universidade para ser inclusiva necessita de profissionais de educação que estejam próximos dos alunos a serem incluídos, que saibam como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade e como ter dimensão técnica, como é importante mencionar a disponibilidade dos professores em aprender a partir das diversidades enfrentadas no período pandêmico. Todavia os objetivos elencados foram alcançados, uma vez que identificamos alguns desafios a serem alcançados pela educação inclusiva no ensino superior, tanto para o uso das tecnologias digitais em suas práticas inclusivas, como para a Universidade que precisa de investimentos, desafiando-se a cada momento para se tornar cada vez mais inclusiva, para dominar, promover a inclusão em seus ambientes, além de construir formação e práticas pedagógicas inclusivas.

Diante disso, a importância desse estudo para novas perspectivas das tecnologias para educação inclusão no ensino superior para as pessoas com deficiência. Este trabalho traz uma curta reflexão, para que possamos vislumbrar que é possível a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior e que as tecnologias digitais podem ser mais que uma aliada nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Denise. **Educação inclusiva**: documento subsidiário à prática de inclusão. Brasília MEC/S 2005.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Assembleia escolar**: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- ARVORE. **Tecnologia na Educação Inclusiva**: 4 maneiras de como transformar a forma de se obter conhecimento. Disponível em: <https://arvore.com.br/blog/educacao/tecnologia-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 08 dez. 2017.
- AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jonas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 77-84, já./mar. 2004.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a pessoa com deficiência mental. 3 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2007.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Publicada no DOU, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394. Acesso em: 16 jan. 2020.
- BRASIL. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 dez. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Seção 1, p. 12, 11 nov. 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7 – 25, 1999.

BUENO, Natália de Lima. **O desafio da formação do educador no Ensino Fundamental no contexto da educação tecnológica.** 1999. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba 1999. Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/> . Acesso em 15 ago. 2005.

CARVALHO, Berenice Natália Soares de. **Trabalho e Construção da Subjetividade focalizando a pessoa com deficiência intelectual.** In: MARTINS, Alice Fátima et al. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. 2003.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Raça: desafios à escola.** In: SANTANA, M. O (org). Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana no fundamental. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

CHALITA, Gabriel. **A solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2001.

CORDE. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE; 1994. desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. Educ Soc [Internet]. 2012; 33(120):833-49.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; DAMIAN, Magda Floriana; SELAU, Bento. Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? **Acta Scientiarum. Education** Maringá, v. 39, n. 4, p. 431-440, Out./Dez. 2017.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, Ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 03 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; SHÖR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GARCIA, Raquel Araujo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.** *Psicol. Esc. Educ.* vol. 22. no.spe Maringá, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Papirus editora, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Técnica de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAPLANE, Andrea. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. *Educ Soc*, v. 27, n. 96, p. 689-715, 2006.

LIMA, Oliveira Fabrício. **GAMIFICAÇÃO EM MATEMÁTICA: umas das possíveis soluções em meio a tantas discussões.**, p. 2 e 5. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA13_ID10217_17092018095919.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

LÜDKE, Menga André; Marli, Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Rosângela. **Organização Curricular e as Diferenças na Escola na Perspectivas da Educação Integral.** In: **Congresso de educação básica.** Florianópolis. 2013.

MADER, Gabriele. A integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In MANTOAN, Tereza. **A integração de pessoas com deficiência: Uma contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org). **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Texto publicado em Espaço: **informativo técnico-científico do INES**, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, p. 55-60.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: Uma contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Compreendendo a deficiência Mental.** Novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MOREIRA, Laura Ceretta, BOLSANELLO, Maria Augusta, SEGER, Rosangela Gehrke. **Ingresso e permanência na Universidade:** alunos com deficiências em foco. *Educ. Rev.* [online]. 2011, n. 41, pp.125-143. ISSN 0104-4060.

MORENO, Maria Carmem e CUBERO Rosário. **Relações sociais nos anos pré-escolares em desenvolvimento psicológico e educação.** Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; LIMA, Katia do Socorro Carvalho. Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula comum em diálogo com as salas de recursos multifuncionais: atendimento educacional e aprendizagens com sucesso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 14, p. 149-162, 2015.

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender.** Editora Vozes Limitada, 2017.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Atendimento Educacional Especializado para crianças de zero a três anos. In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial - multiplicidade do atendimento educacional especializado, ano 2011. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, ano 2011. **Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial.** Vitória, p.1-18, 2011.

PERINI, Thelma Íris. **O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás:** a visão dos excluídos. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SASSAKI, Romeo Kazumi. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem**, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, Mar./Abr. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo, CÓRDOVA Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica.** Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; ALMEIDA, Cláudia Zamboni. **Interface gráfica e mediação pedagógica em ambientes virtuais:** algumas considerações. Disponível em: Acesso em: 29 maio. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICE



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM PROFESSORES

ENTREVISTA

Identificação:

Sexo:

Idade:

Formação:

- Graduação:
- Especialização:
- Outros:

Quantos anos atua como docente no ensino superior:

1. O que é inclusão para você?
2. Qual a importância da inclusão e acessibilidade na Universidade?
3. Você considera a Universidade na qual trabalha inclusiva? Se sim, por quê?
4. Para tornar a Universidade inclusiva, o que compete à mesma fazer?
5. É preciso que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) apoie pedagogicamente a estudante para seu desenvolvimento e aprendizagem? Por quê?
6. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) disponibiliza recursos pedagógicos e tecnológicos digitais para se trabalhar com a estudante?
7. A Universidade oferece alguma formação ou suporte para o uso das Tecnologias Digitais para inclusão?

8. Qual o papel do professor no processo de aprendizagem da estudante em relação ao desempenho e as atitudes nas aulas?
9. Você busca, em sala de aula, utilizar propostas pedagógicas que atenda as necessidades da estudante em questão?
10. Quais os principais desafios, questões, dificuldades, dúvidas em relação ao trabalho docente com a estudante?



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE 2 – OBSERVAÇÃO

OBSERVAÇÃO

- Data: ____/____/____
- Horário inicial da observação:
- Horário final da observação:
- Números de estudantes presente no dia em sala de aula:
- Tecnologias digitais utilizadas:
- Conteúdos ministrados pelos professores:
- Interação entre professor\aluno; aluno\professor:
- Interação entre aluno\aluno:



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário no **PROJETO DE PESQUISA**, coordenado pela professora **VIVIANE GUIDOTTI MACHADO E A ALUNA MARQUICIENE GOMES DE OLIVEIRA**, vinculado ao **CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CFP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**. Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Este estudo tem por objetivo **COMPREENDER A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM UMA ALUNA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA** e se faz necessário por **SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL E ACADÊMICA NA NECESSIDADE DIÁRIA DE UM GRUPO EXCLUÍDO EM SEU COTIDIANO, NECESSIDADE DE SE DISCUTIR E COLABORAR PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido aos seguintes procedimentos: **ASSINAR ESTE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), ACEITANDO E CONCORDANDO COM O QUE NELE ETÁ DISPOSTO; PARTICIPAR DE UMA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**.

Os riscos envolvidos com sua participação são: **invasão de privacidade; embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais**. Os benefícios da pesquisa serão: **os sujeitos não serão identificados neste estudo**.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa poderá ser requisitada à **Professora Viviane Guidotti Machado**, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: VIVIANE GUIDOTTI MACHADO

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Endereço Profissional: RUA SÉRGIO MOREIRA DE FIGUEREDO, S/N.
CAJAZEIRAS – PARAÍBA.

Telefone: (83) 3532-2000

E-mail: viviane.guidotti@professor.ufcg.edu.br

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

LOCAL E DATA: _____.

Voluntário

**Nome e Assinatura ou impressão
datiloscópica**

Responsável pelo estudo

**Nome e Assinatura ou impressão
datiloscópica**